

## A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO PORTUGUÊS EM ROMA E A FORMAÇÃO DO CLERO EM PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO XIX

A partir do séc. XVI, foram surgindo em Roma os Pontifícios Colégios nacionais, onde o clero de alguns países recebia uma preparação específica, com a qual se deviam promover os laços de comunhão eclesial da Santa Sé com as nações de origem. Perante os desafios do confronto cultural, religioso e sócio-político, que se foram gerando nos países europeus, a Santa Sé julgou necessária a instituição de tais casas, de modo a garantir a unidade da fé naqueles países onde a presença da Igreja corria riscos, provenientes ou de outras confissões religiosas ou de diversos cesarismos políticos. Cada um desses Colégios romanos tem uma história, na qual palpita o coração da Igreja e o sangue pátrio de cada nação.

Também o Colégio Português, um dos de mais recente fundação em Roma, tem uma pequena e gloriosa história. A distância de quase um século, ele surge como um marco relevante no caminho percorrido pela Igreja em Portugal. Em Roma, dois Arquivos falam dessa história: o Arquivo do Vaticano e o Arquivo do Colégio.

---

### SIGLAS E ABREVIATURAS:

ASV	Archivio Segreto Vaticano
A. N. LISBOA	Archivio della Nunziatura di Lisbona
A.S.C.A.E.S.	Archivio della Sacra Congreg. per gli Affari Esteri Straordinari
SS	Segreteria di Stato
<i>Appunti</i>	<i>Appunti per la Storia della fondazione del Collegio Portoghese in Roma, Roma, 1901</i>

No Arquivo do Vaticano é necessário ter em conta os seguintes fundos: *Segreteria di Stato, Archivio della Nunziatura di Lisbona e Archivio Sacra Congregazione per gli Affari Esteri Straordinari*. Este trabalho pretende chamar a atenção para a documentação deste Arquivo, cobrindo a fase de gestação do Colégio, ou seja, a última década do séc. XIX, e a primeira década do séc. XX. Tratou-se de um período decisivo para a existência do Colégio em Roma, constituindo tal documentação um complemento imprescindível ao livro *O Pontifício Colégio Português em Roma: Subsídios para a sua história*, composto para comemorar a visita do Papa João Paulo II ao novo edifício do Colégio na Via Nicolò V, 3, ocorrida em 12 de Janeiro do ano de 1985<sup>1</sup>.

O Arquivo do Colégio relativo a este período encontra-se em três caixas, de que a correspondência dos fundadores e as *Memórias*<sup>2</sup> então impressas constituem o fundo mais importante. Um dos fundadores do Colégio, o Visconde de S. João da Pesqueira, chamava a atenção para a relevância da correspondência como se de um diário se tratasse (Carta de 27.6.1899). O que neste arquivo se encontra coincide, em parte, com a documentação do Arquivo do Vaticano, fornecendo também dados novos e minuciosos que uma história do Colégio terá de ter em conta, mas que escapam ao âmbito deste trabalho<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Editado em Roma em 1984 e com apresentação requintada, o livro foi preparado por D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro e Delegado da Conferência Episcopal Portuguesa para o Colégio, e por Mons. Manuel Cardoso de Carvalho, Reitor do Colégio de 1966 a 1976.

<sup>2</sup> Essas *Memórias* reflectem, infelizmente, um clima de acesa polémica, que deixa no leitor uma margem de insegurança. A isso acresce o facto de os autores dessas *Memórias* (Mons. J. Oliveira Machado e o Cavaleiro António Braz), não terem tido acesso a todos os elementos que hoje constam do Arquivo do Vaticano, apesar de eles serem protagonistas e testemunhas de muitos deles. Títulos: *Appunti per la storia della fondazione del Collegio Portoghese in Roma*, Roma, 1901; *Memoria sulla origine, vicende ed attuali condizioni del Collegio Portoghese in Roma* (dactilografado, Roma 19.9.1904, 32 págs.); *Memoria documentata in difesa di Mons. Giuseppe d'Oliveira Machado*, Roma, 1906 (101 págs.).

<sup>3</sup> A primeira obra a falar do Pontifício Colégio Português é *Portugal em Roma*, vol. II, de Mons. José de Castro. O autor dedica várias páginas à transcrição de alguns dos textos impressos pelos promotores da fundação, mas o tom encomiástico do texto acaba por lhe reduzir o peso histórico (Roma, 1939, 199-227).

Os textos do Arquivo do Vaticano, escritos em italiano, latim ou francês, são apresentados em tradução portuguesa nas partes mais significativas ou resumidos, conforme os casos. Ao referenciar as fontes históricas do Colégio Português, este trabalho convida a olhar para o passado, não de uma forma saudosista ou romântica, mas de um modo comprometido em que esteja contido o presente e se prepare o futuro. Além da referência dos documentos, preocupação habitual deste estudo é deixar falar os textos por si.

No final, a lição de uma história enriquecida talvez mostre que esta instituição portuguesa e romana não se encontra totalmente abrigada dos ventos adversos que a têm provado. O lugar do Colégio na vida da Igreja em Portugal e nos países de expressão portuguesa é de um tal vulto, que sem ele o capítulo da Igreja no nosso país, no último século, ficaria incompleto. Ao aproximar-se a celebração do centenário, oferece-se já um vasto campo de reflexão sobre o contributo desta instituição na Igreja e na sociedade, sobre as dificuldades por que tem passado e sobre os objectivos que continuam a ser perenes.

### **O Regalismo em acção**

No que a Portugal diz respeito, a história da formação do Clero conta com luzes e sombras, como noutras partes do mundo. Se recuamos um século, verificamos como a Igreja se sentia manietada pelos golpes laicizantes de alguns políticos ideologicamente hipotecados. O Papa Leão XIII, em Carta Encíclica aos Bispos Portugueses (14.9.1886), referia-se à condição humilhante do Clero e das Ordens Religiosas, a qual era em detrimento da Igreja e da própria sociedade, se bem que aqueles eram auxiliares prudentes e denodados no continente e nas colónias. Ao mesmo tempo que denunciava várias causas de uma tal situação (desenfreada impiedade, facções políticas, discórdias civis, sedições populares), o Papa expunha algumas das suas preocupações, nomeadamente as que diziam respeito ao número reduzido de Clero, à cura pastoral na sua formação e à vigilância dos Bispos sobre aquele<sup>4</sup>.

Dirigindo-se por carta a Leão XIII, o Cardeal Neto, Patriarca de Lisboa, pintava um quadro pouco consolador da situação do

---

<sup>4</sup> Carta «Pergrata Nobis»: *Leonis XIII Acta* VI (1886), 180-191.

Clero e dos Bispos, no quadro da política de então: «Um governo destruiria o que outro fizesse, e isto em menos de seis meses, porque os ministérios sucedem-se vertiginosamente, desfazendo um o que outro fez, e sendo a Igreja o ponto de apoio para se digladiarem. Pobre Igreja Lusitana! ... É necessário que dos jovens sacerdotes saiam mais tarde Bispos com zelo e ciência bastante para combater as doutrinas regalistas, emanadas do Parlamento, aonde os Prelados portugueses do continente têm assento ... Há bons Prelados, porém, mais ou menos ligados com os partidos que os elegeram; e se acrescentarmos a isto a gravíssima doença do desalento e indiferentismo, em que todos enfermamos, nada se poderá esperar do Episcopado, a começar por mim. Direi mais: falta em quase todos ciência bastante, para afrontar as lutas do Parlamento e fora dele ...»<sup>5</sup>.

De facto, a supressão das Ordens Religiosas e o encerramento dos Seminários, a partir de 1834, trouxeram consigo todo um cortejo de consequências nefastas no campo da formação sacerdotal que se prolongariam por mais de meio século. A situação tornara-se alarmante. Dela traça D. Manuel Bastos Pina, Bispo de Coimbra, na homilia de uma Eucaristia solene no primeiro edifício do Colégio, por ocasião de uma peregrinação a Roma, em Maio de 1900, o seguinte quadro: «Tendo-se extinguido as Ordens Religiosas e fechado os Seminários em 1834, ficou no mais completo e lastimável abandono toda a educação e instrução eclesiástica, e os aspirantes ao sacerdócio sem magistério, sem exemplos e sem escolas em que pudessem instruir-se, ainda o mais rudimentarmente, nas ciências teológicas e morais, e adquirir e aprender a vida piedosa e devota. Criaram-se por então muitos estabelecimentos e escolas de ensino civil e profano ... mas para o eclesiástico não se criou nem se fez nada ... e cousa notável, queixavam-se depois do clero ser ignorante e de não corresponder aos fins da sua elevada missão»<sup>6</sup>.

Esclarecedores disso mesmo são os autorizados relatórios dos Núncios da Santa Sé em Lisboa. Ao lermos esses textos, hoje no Arquivo Secreto do Vaticano, recolhemos a lição de um passado doloroso, ao mesmo tempo que ganha relevo a importância da

---

<sup>5</sup> ASV SS Busta separata: Carta 21.12.1893.

<sup>6</sup> Homilia, 25.5.1900.

formação do Clero, que, sendo um problema da competência da Igreja, se pode tornar um campo abusivamente invadido pelo Estado absoluto, pelo controlo exercido na administração e na direcção, nas cadeiras e nos professores dos Seminários e Faculdades. Por isso mesmo, não deixa de ser significativa a ausência de clérigos portugueses a estudar em Roma, na segunda metade do séc. XIX, assim como a preocupação da Santa Sé em promover esses mesmos estudos, quer com o apoio de outras instituições eclesiásticas quer com o projecto da fundação de um Colégio nacional. Mantendo longe de Roma o Clero, o Governo Português ia alimentando a chama do Regalismo com legislação e atitudes que punham a Igreja cada vez mais dependente do Estado. Promovendo a formação romana do Clero, a Santa Sé, ao mesmo tempo que robustecia a unidade da Igreja para além das fronteiras nacionais, alimentava a corrente e a sede de liberdade, perante a teia do Galicanismo que tinha invadido os governos ditos cristãos da Europa. Os Colégios Nacionais em Roma, além de serem uma afirmação da importância do Papado na Igreja, de que o Concílio Vaticano I foi um testemunho eloquente, constituem um instrumento privilegiado de penetração da doutrina da Igreja em países minados pelo nacionalismo ou absolutismo mais exacerbados. A ideia da fundação de um Colégio Português em Roma faz parte desse projecto, avançado e inconformista, tendo subjacente uma tática penetrante, inspirada pelos dinamismos já presentes no novo mundo a surgir. O caminho difícil por que passou a sua criação evidencia o espírito da época que o viu nascer.

No Relatório enviado à Secretaria de Estado, datado de Roma 20.11.1903, o Núncio Cardeal A. Aiuti, respondendo às instruções assinadas pelo Cardeal M. Rampolla em 9.12.1896, apresenta do Clero português um quadro assaz pobre e desolador: intelectualmente sem prestígio, economicamente dependente do Estado, moralmente acomodado, eclesialmente descomprometido. «Sal sem força!» O Clero português ressentia-se da asfixia de que a Igreja estava a ser objecto, havia décadas. Da teia urdida por forças ocultas, mas bem conhecidas, a Igreja a custo ia recuperando a sua liberdade e autonomia. A reabertura dos Seminários e o regresso das Ordens Religiosas aparecem como duas condições fundamentais para promover a preparação do Clero, que, por razões de vária ordem, se tinha degradado vergonhosamente. Perante a situação criada, ficamos pasmados com a virulência dos architectos anti-

clericais e, por outro lado, admiramos a passividade adormentada de uma Igreja apoiada e controlada por um regime que planeava a sua supressão. O quadro pintado pelo Nuncio, além do realismo sereno, proporciona ensinamentos vários no que diz respeito ao lugar do Clero na sociedade de então e à sua preparação, assim como à situação politicamente confusa e agitada que o país atravessava:

«O clero encontra-se agora em condições melhores do que aquelas em que se encontrava, 20 ou 25 anos atrás; digo um pouco melhores porque, entretanto, foram abertos os Seminários em todas as Dioceses, mas a sua organização e a formação literária, científica e eclesiástica dos seus alunos deixa muito a desejar e as tristes consequências disso são manifestamente a ignorância e o pouco bom comportamento de muitos eclesiásticos assim educados.

Até há poucos anos, a educação literária e científica dos Seminários era considerada de tal modo imperfeita que uma lei civil proibia que fossem admitidos nos Liceus do Estado e na Universidade de Coimbra aqueles jovens que tivessem estudado os cursos preparatórios nos Seminários, e prescrevia que antes de aí serem admitidos, deviam repetir os estudos num dos Ginásios do Estado. Quem escreve pôde conseguir que se melhorasse um pouco o ensino nos Seminários e que o Governo modificasse tal lei no sentido de que os estudantes saídos dos referidos Institutos pudessem (completando em seis meses ou num ano, privadamente, o estudo de certas matérias, que aí não se ensinam de facto ou não se ensinam bem) fazer o exame para entrar nos Liceus e na Universidade. Com esta modificação da referida lei evita-se também o inconveniente das vocações forçadas, porque muitas vezes acontecia que o aluno, excluído por tal motivo dos Liceus e da Universidade, não tendo coragem e nem sequer talvez os meios para repetir o curso preparatório senão depois de sete anos, se decidia a continuar os estudos no respectivo Seminário e a receber as Ordens Sacras mesmo sem vocação. (...)

Infelizmente, é verdade que tal é o padre tal é o povo; os padres, senão em geral, ao menos em grande número, são lá pouco instruídos e imorais, tendo não raras vezes mulheres e filhos; e o povo não é nada ou quase nada instruído e imoral, e as tristes consequências disto chamam-se *doçura de costumes!* Mas como poderia ser diverso, se os padres não pregam o Evangelho ao povo nem nunca lhe falam dos próprios deveres, antes lhe dão mau exemplo? A ocupação principal do padre em geral é a política, no sentido que cada um está ligado a um dos partidos de votação e o apoia nas eleições e também no Parlamento ou no Senado, para que depois, quando esse partido estiver no Governo,

dê a cada um uma boa colocação eclesiástica e civil. E é também esta a razão pela qual o Governo mantém e quer manter escrava a Igreja e dá tanto valor ao Padroado, ou seja, para poder apresentar aos benefícios maiores e menores os seus apoiantes e assim compensar Clero e Bispos dos serviços políticos que daí recebe; digo Clero e Bispos, porque também os Bispos pertencem, com poucas excepções a um ou a outro dos partidos de votação»<sup>7</sup>.

O Núncio G. Tonti (1906-1909) não apresenta no seu relatório uma situação melhor do Clero: «Miseráveis sob todos os aspectos eram as condições do Clero português até há cerca de vinte anos atrás. Agora, depois da abertura dos Seminários em todas as Dioceses, melhoraram um pouco. Todavia, a organização do Clero, a sua formação literária, científica e eclesiástica deixa ainda muitíssimo a desejar, e consequências tristíssimas disso são a ignorância e a conduta pouco moral dos padres»<sup>8</sup>.

Este estado de coisas repercute-se, naturalmente, nos Bispos de então, dos quais o relatório apresenta um quadro pouco lisonjeiro: «O Episcopado Português pode-se dizer actualmente que é bom e devoto para com a Santa Sé, se bem que ainda, em parte, seja tímido, dividido e educado com deploráveis deficiências (...). É necessário notar que, no passado, os Bispos fizeram pouco uso do seu direito de intervir na Câmara dos Pares, o que se explica pela falta completa de organização séria e acordo comum, e, portanto, de concórdia e de unidade. Estes defeitos provêm também do facto que entre os Bispos portugueses não se impôs o uso das conferências anuais»<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> ASV *Arquivo da Nunciatura de Lisboa* 382 (1), 246-248v. E o texto prossegue: «Este ponto, desgraçadamente, é aquele que constitui uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento do Centro Nacional, porque os Bispos ligados aos partidos de votação e o velho Clero não lhes prestam ajuda; especialmente estes recusam-se a isso, porque sabem que, ao menos por agora, o Centro Nacional não dispõe de postos. O Bispo de Coimbra, que tem o Clero da sua Diocese sob uma disciplina de ferro, de qualquer maneira na política proibiu absolutamente todos e cada um dos seus padres de prestarem qualquer ajuda ao Centro; assim, aquela é uma das poucas Dioceses onde até agora não foi aberto nenhum Centro Nacionalista. Os trezentos e tantos Centros Nacionalistas fundados até agora devem-se, na sua maior parte, a jovens padres educados nos Seminários de Braga e do Porto».

<sup>8</sup> ASV *A. N. Lisboa* 363 (1), 22v-23.

<sup>9</sup> *Id.*, 19v, 20.

Estes dados confirmam o quadro que Fortunato de Almeida nos apresenta na *História da Igreja em Portugal*: «As perturbações do país durante cerca de meio século, e em especial os opróbrios que sofreu a classe eclesiástica durante largos anos, não eram propícios à reforma dos costumes. As lutas civis, a ausência de prelados, as divisões do cisma, a falta de seminários ou de quaisquer casas adequadas à formação do clero, tudo contribuía para perseverarem abusos inveterados»<sup>10</sup>. No que diz respeito à educação e instrução do Clero, o mesmo autor põe-na em relação com «a negligência dos Bispos e a excessiva intervenção regalista na administração eclesiástica»<sup>11</sup>. Apesar da Concordata de 1848, o Governo não se disporia tão cedo a restaurar os Seminários, entrando o clero «numa fase de decadência que devia prolongar-se com efeitos deploráveis; nem de outra forma podia ser, faltando-lhe todos os elementos de formação, desde a educação literária e teológica até ao delineamento do carácter sacerdotal pelos exercícios de piedade»<sup>12</sup>.

Ainda na segunda metade do séc. XIX, a intrusão do poder secular na direcção dos Seminários e na organização dos estudos era tal que se passava por cima da autoridade dos Bispos, como se eles fossem estranhos ou desinteressados da formação intelectual e moral do Clero. As exigências do poder civil, que superintendia em tudo, eram de molde a fazer sentir o seu peso até na ortodoxia dos compêndios teológicos e quase aniquilavam a autoridade dos Prelados<sup>13</sup>. Assiste-se, assim, neste século, após um período de grande esplendor nos vários ramos do saber, a uma decadência acentuada do Clero no campo cultural e moral, como consequência de uma série de causas complexas, que ameaçavam a própria Igreja.

Todos estes depoimentos não fazem senão confirmar a situação aflitiva do Clero em Portugal para a qual alertava, dez anos antes, o Cardeal Patriarca de Lisboa, dirigindo-se por carta ao Papa. Fazendo votos pela vida do Papa, para que possa acudir ao país e salvar nele a religião, o Cardeal Neto afirma: «Alguns anos mais, e a ignorância nas coisas da fé será tão cerrada e completa, e a

---

<sup>10</sup> FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, III, Porto, 1970, 424.

<sup>11</sup> *Id.*, 359.

<sup>12</sup> *Id.*, 360.

<sup>13</sup> *Id.*, 361.

perseguição que se levanta de todos os lados será tão atroz, que acabará por aniquilar a Fé»<sup>14</sup>.

Da mesma situação se faz eco o encontro de Ramalho Ortigão com o Papa Leão XIII, a 10 de Novembro de 1901, relatado pelo escritor em carta ao Conde de Arnoso, secretário particular do rei D. Carlos. A certa altura da conversa, Ramalho dá a entender que «o mal profundo que aflige a Religião em Portugal é a decadência intelectual do clero desde o meado do século XIX em diante». A isso observou o Santo Padre: «É para elevar esse nível que o Colégio Português em Roma existe. Procurarei aperfeiçoá-lo, e não obstante a minha pobreza, vou-lhe consagrar trezentos ou quatrocentos mil francos. Não conhece o Colégio? ... Vá vê-lo ... E informe o rei do que pretendo fazer pelo Clero português ...»<sup>15</sup>.

Não era melhor a impressão da Irmã Maria do Divino Coração (no século, Maria Droste zu Vischering), conforme se deduz do testemunho dos Viscondes da Pesqueira, que a visitavam na casa do Bom Pastor de Ermesinde e que a ouviam aludir ao baixo nível cultural e espiritual do Clero português. Não deixa de ser sugestivo o depoimento do Visconde da Pesqueira no processo de beatificação da religiosa alemã: «Creio que, embora ela não me tivesse sugerido a ideia da fundação em Roma do Colégio Português, foi a sua lembrança que me levou a essa fundação: muitas vezes me tinha falado na necessidade da formação do Clero e do grande bem que daí resultaria»<sup>16</sup>.

Para que este estado de coisas se pudesse modificar era necessário e urgente investir na formação do Clero, recuperando estruturas que se tinham perdido, como os Seminários Diocesanos, e empenhando-se na criação de outras novas, como a fundação do Colégio Português em Roma. É neste quadro que surge, com uma necessidade imperiosa, o projecto do Colégio Português, cuja fundação conta com uma «pré-história» um pouco movimentada, onde se entrecrocavam o desejo da Santa Sé e a indecisão do Episcopado, a oposição do Governo e a generosidade dos leigos.

---

<sup>14</sup> ASV SS Busta Separata: Carta 21.12.1893.

<sup>15</sup> Carta datada de Roma 11.11.1901 e publicada por RODRIGUES CAVALHEIRO, «Ramalho Ortigão e o Papa Leão XIII»: *Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Cultura* (Lisboa, 3.ª série), Dezembro 1960.

<sup>16</sup> Citado por D. MANUEL A. TRINDADE, *Urbano Duarte*, vol. I, Coimbra, 1989, 42.

O Colégio polariza, durante alguns anos, a atenção da Igreja, tornando-se um expoente da sua capacidade de resposta aos desafios que uma conjuntura adversa levantava num país que se afirmava católico e fidelíssimo.

### **O Colégio Nacional: um projecto, muitas ideias**

A semelhança do que acontecera com outros países, a Santa Sé desejava que Portugal abrisse em Roma um Colégio Nacional, onde o Clero pudesse receber uma adequada formação, que circunstâncias várias comprometiam na própria casa. Por um lado, a Universidade, impregnada de regalismo, não oferecia condições de fidelidade e ortodoxia; por outro lado, os Seminários, reunindo o escol de mestres que décadas de anarquia tornavam possível, não podiam ser as escolas de formação intelectual e moral que a Santa Sé desejava e que os novos tempos requeriam.

A partir de 1866, a ideia começou a circular em diversos níveis, sucedendo-se diversas iniciativas. A primeira tomada de posição concreta a favor do Colégio Português parece ter sido a da «nobre donzela Maria da Assunção, filha menor do defunto Conde de Penamacor», que através do varatojano P. Agostinho da Anunciação, confessor da Infanta D. Isabel Maria de Bragança<sup>17</sup>, oferecia a soma de 40.000 escudos sobre a herança paterna, e que viria a ascender a mais de 70.000, para a fundação do Colégio em Roma. Esta jovem, professa do Instituto das Irmãs do Sagrado Coração, aconselhada pelo seu confessor, retirou a promessa precedente, fazendo reverter a importância em favor de um Colégio em Portugal sob a direcção dos Padres Jesuítas e de uma casa do Instituto das Doroteias, entretanto chamadas de Roma. Encarregado de manifestar ao Santo Padre a falhada esperança de dispor de um fundo suficiente para estabelecer em Roma um Seminário para a educação de jovens portugueses que desejassem abraçar o estado eclesiástico, fora o

---

<sup>17</sup> Esta senhora, depois de agradecer ao Santo Padre a admissão de dois jovens portugueses no Colégio Caprânica (25.7.1858), envia, de facto, um jovem seu protegido (15.11.1858). Na sua resposta, Pio IX mostra a necessidade de acolher em Roma um maior número, para bem da Igreja em Portugal (21.9.1858). — Ver Correspondência de Pio IX com os Príncipes, no ASV.

P. Pedro Martins Ribeiro, sobrinho do P. Agostinho da Anunciação, conforme informação do Núncio para o Cardeal Antonelli<sup>18</sup>.

Em 1877, o Núncio e a Condessa de Sarmento já aparecem paladinos dessa causa. Mas estava-se ainda longe da sua concretização<sup>19</sup>. Enquanto isso não fosse possível, deveria ser promovida a formação de clérigos portugueses em Roma, recorrendo aos Colégios já existentes e aproveitando os fundos de algumas doações. Assim aconteceu com três lugares no Seminário Romano e com um no Colégio Caprânica. O mesmo poderia ter acontecido no Instituto de Santo António dos Portugueses, se a administração tivesse dado execução a um Breve de Pio IX, de 1867, que reduzia o encargo dos legados pios com a condição de aplicar uma parte dos rendimento daqueles nas despesas de formação de alguns eclesiásticos portugueses.

Sem ignorarem as dificuldades que sucessivos governos tinham posto à formação do Clero em Portugal, os Bispos deveriam fazer um esforço no sentido de inverterem a situação. Um Colégio em Roma, colocado sob a jurisdição da Santa Sé, tirava da dependência governamental os que aqui estudassem, mas não resolvia por si o problema dos benefícios nem significava o reconhecimento automático dos estudos feitos. Aqui precisamente residia o pomo da discórdia entre a Igreja e o Governo. Algemado economicamente pelo Governo, o Clero não usufruía de condições de liberdade que garantissem a sua formação eclesial. É ilustrativo o caso do aluno que, depois de ter estudado no Colégio Caprânica, não pôde ser ordenado por não lhe ser reconhecido o curso romano, com implicação de recusa de benefício, o que o levou a emigrar para o Brasil, onde se tornou fazendeiro<sup>20</sup>.

Como o novo Colégio necessitava da sua independência económica, o esquema escogitado foi o de uma Fundação, com base em doações que algumas pessoas se aviavam a fazer em nome do Santo Padre. Assim, sem se tornar pesado à Santa Sé e sem poder contar

---

<sup>18</sup> ASV SS 250 (2), 167-168: Carta do Núncio Arcebispo de Sida para o Cardeal Secretário de Estado (12.8.1866).

<sup>19</sup> Mons. José Oliveira Machado, um dos fundadores do Colégio, afirma que desde 1888 advogou esse projecto, escrevendo então um artigo na *Correspondência de Roma* (18.8.1888, n.º 41). Cf. *Appunti*, 5.

<sup>20</sup> ASV A.N. LISBOA 292 (3), 262-264: Carta do Núncio ao Cardeal Simeoni (3.7.1877).

com apoios do Governo português, a instituição do Colégio parecia garantida à partida. Era Núncio em Lisboa Mons. D. Sanguigni, quando a Condessa de Sarmento, Maria da Conceição do Valle de Souza e Meneses Botelho Mexia (1826-1907), se propunha fazer doação ao Santo Padre de bens seus no Alentejo, em ordem à fundação em Roma do Colégio Pio-Lusitano. A doação, por morte, começaria já com o contributo de 4 contos anuais. A ideia surgiu por ocasião de uma peregrinação da Condessa a Roma e dela dá conta o Cardeal G. Simeoni ao Núncio em Lisboa (27.7.1877), o qual acompanhou minuciosamente todo o processo, conforme consta da *Correspondência relativa à doação da Condessa de Sarmento ao Santo Padre (1877-1879)*<sup>21</sup>.

Sobretudo depois da lei de 15.6.1870, ia ganhando força o projecto da fundação de um Colégio-Seminário, dependente unicamente do Santo Padre, «para a regeneração do Clero em Portugal». Os florescentes Colégios dos Jesuítas serviriam de modelo. Para o efeito, pensou-se numa casa da Condessa e até se propôs a região de Castelo Branco e como directores os Padres Jesuítas. Nesta fase, surgem dois doadores com a promessa de 60 mil escudos para a fundação do Colégio Pio-Lusitano: P. Sebastião P. Martins Ribeiro e Pedro de Pina C. Freire Falcão. O Cardeal Secretário de Estado Antonelli ia acompanhando o caso e dando instruções, no sentido de o assunto ser resolvido com urgência, dado o carácter volúvel da senhora Condessa; a direcção seria assumida por padres vindos de Roma e um português; em Coimbra, onde dominavam ideias regalistas, deveria haver uma casa sucursal do Colégio; além disso, seria aconselhável ter em conta o peso político do Conde de Redinha<sup>22</sup>. Era o ano de 1876<sup>23</sup>.

Tudo parecia caminhar bem. O Cardeal Secretário falava já da direcção a confiar a padres seculares, dava instruções sobre a venda; e as disposições da Condessa e de mais dois doadores eram as melhores no sentido de «fundar com seus bens um Colégio-Seminário dependente da jurisdição do Sumo Pontífice»<sup>24</sup>.

<sup>21</sup> ASV A. N. LISBOA 292 (3); 308 (2), 66-147.

<sup>22</sup> Deve tratar-se de António Maria da Luz de Carvalho Daun e Lorena, fiel partidário da família de D. Miguel e figura de grande prestígio e dignidade moral (*Nobreza de Portugal*, III, Lisboa, 1961, 189-190).

<sup>23</sup> ASV A. N. LISBOA 292 (3), 95-131, 218-272. Correspondência e folhas do dossier não estão sempre por ordem cronológica.

<sup>24</sup> *Id.*, 13-14, 23: Carta de 11.7.1877.

A esta correspondência vem-se juntar outra com o Bispo de Badajoz, no sentido de obter uma venda justa dos bens situados em Olivença. Entretanto, falecia o Papa Pio IX (7.2.1878), o qual já não assinou o despacho com instruções sobre a fundação do Colégio e a doação da Condessa nem a carta para a mesma senhora, que o Cardeal Simeoni já tinha preparado<sup>25</sup>. O novo Papa, Leão XIII, confirmou a aceitação da herança, conforme carta sua e do Secretário de Estado, Cardeal A. Franchi<sup>26</sup>.

O Núncio é constituído procurador em ordem à documentação necessária, tiram-se cópias das escrituras de doação, fazem-se traduções, consultam-se advogados sobre o caso (Dr. Beirão) e entra-se em contacto com avaliadores (José Joaquim Fiúza Guião, de Montemor-o-Novo). Algumas cartas autógrafas da Condessa falam dos seus propósitos, mas em 1879 o Cardeal Niora escreve à mesma senhora, lamentando que a doação lhe trouxesse «aflicção e angústia», ao mesmo tempo que a tornava livre da doação dos 4 contos anuais. Foi feita legalmente a declaração de nulidade de tal doação, e as razões invocadas, do conhecimento do Cardeal Secretário, eram as seguintes: dificuldades económicas da Condessa, taxa de 600 réis a pagar ao Governo e manobra de qualquer poder subterrâneo («imischiato qualche potere sotteraneo»). Entretanto, o caso aparecia na imprensa, tornando-se do domínio público, com foros de caso nacional. No recorte de um artigo de jornal (22.6.1878) lê-se que a doação da Condessa se refere só aos bens do Alentejo, de que ela continuaria a ser usufrutuária até à sua morte, e que tanto essa doação como a dos 4 contos anuais, em vida, se destinavam a «fundar e sustentar um Colégio de pobres em Portugal, exclusivamente para portugueses»<sup>27</sup>.

Ao fim de 20 anos de declarações, procurações, discussões e boas intenções, a fundação do Colégio Português continuava em ponto zero. Aliás, sabe-se por um outro dossier que a Condessa continuou a mudar as suas disposições testamentárias: em 1899 deixava 60 contos a favor da Igreja e da Santa Sé, pedindo para que o Colégio se chamasse «Colégio Lusitano da Imaculada Conceição»; nessa altura, o legado para o Colégio somava 26 contos

---

<sup>25</sup> *Id.*, 26-27: Carta de 6.2.1878.

<sup>26</sup> *Id.*, 9, 39, 51: Cartas de 23.3.1878 e 10.12.1878.

<sup>27</sup> *Id.*, 70, 80, 84.

(= 100.000 francos), permanecendo anónimo o nome da benfeitora; do documento original, guardado na Nunciatura, se enviaram cópias para Roma<sup>28</sup>. Em carta datada de 21 de Março de 1903, o Núncio fala de uma outra modificação do testamento, enviando cópia do mesmo<sup>29</sup>.

Uma outra iniciativa em ordem à fundação de um Colégio Português em Roma vem de D. Adelaide de Bragança, Princesa de Loewenstein/Wertheim, que a partir de Brombach (Baden) escreve em francês ao Santo Padre nesse sentido (24.5.1891). Descrevendo a situação em que o Clero se encontrava em Portugal, a Princesa pede ao Papa a criação de um Colégio, de modo que a Igreja possa melhorar o seu lugar na sociedade portuguesa<sup>30</sup>.

Começa por lembrar ao Santo Padre o estado lastimoso em que o Clero português se encontra: «pouco instruído, pouco moral e educado nas ideias e princípios do Regalismo, o sal da terra perdeu a sua força». Havia excepções consoladoras, e graças à acção tolerada dos Jesuítas, Franciscanos e outras Ordens Religiosas, era lícito esperar que o estado do Clero melhorasse. Entretanto, há uma necessidade absoluta de criar um estabelecimento de ensino onde o Clero pudesse ser instruído conforme uma «teologia pura, verdadeiramente católica, romana», apto a reagir contra o veneno do Regalismo, enfim, educado no espírito do Vigário de Cristo.

Perante os frutos produzidos já na Alemanha pela admirável instituição do Colégio Germânico, a Princesa deseja que Deus faça igual graça a Portugal. Não ignora as dificuldades: falta de meios monetários; eventual oposição do Governo liberal; os preconceitos

---

<sup>28</sup> ASV A. N. LISBOA 340 (1), 157-161, 281-283, 291; SS Busta Separata: Cartas de 17.1.1899, 18.2.1899 e 9.10.1899. Deve tratar-se do mesmo caso a referência a um legado de 24 contos feito por uma senhora noutro lugar (Carta de 17.11.1900).

<sup>29</sup> A correcção do testamento resultava do facto de os Franciscanos nada terem feito numa propriedade do Alentejo destinada para uma escola de artes e ofícios para as missões de África. Exigida e feita a restituição, a importância reverteu a favor do Seminário de Évora para os estudos gratuitos de alunos pobres destinados ao estado eclesiástico. Daí deveriam retirar-se 300.000 réis (1250-1300 francos) para cada um dos três clérigos que fossem estudar no Colégio Português em Roma. Destes estudantes, dois seriam de Lisboa e um de Évora, devendo aqueles ter a precedência sobre outras obrigações testamentárias (ASV SS Busta Separata).

<sup>30</sup> ASV SS Busta Separata 194-B, Rub. 8, n.º 2267.

existentes contra as Ordens Religiosas. Mas a Deus nada é impossível.

Para eliminar a primeira dificuldade, abriam-se dois caminhos:

1) Apoiar-se nos bens da «Casa de Santo António dos Portugueses». Se as tratativas com o Governo, que tomou conta da sua administração, falharem e se ele condiciona a participação à ingerência na educação dos seminaristas, então é melhor deixar cair este plano.

2) De acordo com uma recomendação do Santo Padre, os Bispos de Portugal organizariam uma subscrição, em ordem a criar os meios da fundação. Dentro de poucos anos, a soma necessária estaria reunida, um certo número de jovens veria assegurada a sua formação e o Colégio ficaria «livre da funesta influência do governo», mesmo que este não fosse liberal.

A segunda dificuldade consiste na relutância do Governo em conceder benefícios eclesiásticos aos padres educados em Roma. Quer se trata de actos arbitrários quer de efeitos de lei anticlerical, a Santa Sé encontrará uma solução diplomática para o caso. Se nenhum dos planos fosse exequível, ainda seria possível o recurso a um duplo expediente: no primeiro caso, o Santo Padre ofereceria aos Bispos portugueses um certo número de lugares em Roma, suposto o pagamento pela Igreja de Portugal; no segundo caso, os jovens padres, depois de formados e ordenados em Portugal, viriam a Roma aprofundar os estudos, sem que no regresso tivessem de passar pela recusa do benefício. Estas soluções, apesar de condicionadas, contribuiriam para melhorar o Clero português, de o ligar mais à Santa Sé e de remediar uma necessidade tão urgente da Igreja em Portugal.

Finalmente, a Princesa tem consciência da necessidade de descrição na apresentação de todo este projecto, que podia ser proposto pelo Papa, mas nunca pela viúva de D. Miguel I, sob pena de o Governo liberal de Lisboa tudo fazer para que fracassasse<sup>31</sup>.

A bela e nobre carta de D. Adelaide de Bragança respondeu o Cardeal Secretário, ao qual também escrevera, a agradecer em nome do Santo Padre (15.6.1891).

---

<sup>31</sup> Esta nobre fidalga, de origem alemã, casou com D. Miguel em Kleinheubach a 24.9.1851. Depois de educar 5 filhas e 1 filho, recolheu-se no claustro beneditino (1897), vindo a falecer a 16.12.1909 (*Nobreza de Portugal*, II, Lisboa, 1960, 29).

D. Adelaide de Bragança referia-se ao zelo e à virtude do Cardeal Patriarca. Este, volvidos quase dois anos, volta a expôr o mesmo projecto, em carta dirigida ao Papa. Embora variem algumas circunstâncias, as linhas de fundo são as mesmas: urgente necessidade da fundação de um Colégio lusitano em Roma; necessidade de instalações adequadas e de independência económica; conveniência em rever a situação do Instituto de Santo António e em colocar o Colégio na dependência exclusiva da Santa Sé; e ainda um quadro aflitivo da Igreja em Portugal<sup>32</sup>.

Entretanto, iam surgindo outras soluções de emergência, entre as quais ressalta a das bolsas de que a Santa Sé dispunha para quatro estudantes portugueses em Roma: uma, no Colégio Caprânica e três no Seminário Romano, que depois transitaram para o Colégio recentemente fundado. Para elas deveriam concorrer os fundos depositados no «Óbulo de S. Pedro», provenientes de Portugal. Entre esses conta-se o legado do Cônego Francisco Arruda, Vigário Geral de Lamego, que estabelecera o fundo de 20.000 liras para um estudante<sup>33</sup>.

Solidarizando-se com a sorte da Igreja em Portugal, Mons. Gesualdo Vitali, Bispo de Ferentino (1865-1880), estabeleceu em 1885 um fundo para um jovem português estudar no Colégio Caprânica<sup>34</sup>.

Gestos como estes encontraram eco em diversas pessoas, culminando na benemerência dos Viscondes da Pesqueira, a qual tornou realidade, em curto espaço de tempo, a fundação do Colégio<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> ASV SS Busta Separata: Carta do Cardeal José Neto de 21.12.1893.

<sup>33</sup> *Id.*, Carta de Mons. Sinibaldi ao Cardeal Secretário de 3.1.1904.

<sup>34</sup> A fundação remonta a 1865, mas só em 1880 um aluno do Porto, Manuel Teotónio Ribeiro Vieira, beneficiou dela: ASV A. N. LISBOA 296 (1), 46-74.

<sup>35</sup> Em 1896, o Núncio refere uma herança de 18 contos para o Colégio e, mais tarde, de um legado de 50 contos do Visconde de Valmor para estudantes portugueses a estudar no estrangeiro, que poderia vir a contemplar alguns alunos do Colégio. Em carta de 1899 fala da importância de 200.000 francos. ASV A. N. LISBOA 340 (1), 16, 287-288; SS Busta Separata: Carta de 17.1.1899.

— Em 1906, o Núncio informa do legado de Mons. Joaquim Gomes de Jesus, a favor do Colégio Português e as condições do mesmo (23.2.1916) por sua morte, ocorrida em 1922. Em 1916, Mons. A. Masella comunicava ao Card. Gasparri o envio por cheque da importância de 3.200.000 réis (= 15.500 liras) para o Colégio Português (para um aluno da diocese de Portalegre),

Apesar da boa vontade dos Bispos e do apoio do Núncio, uma das fontes de recurso como a Bula da Cruzada, ía tendo o mesmo destino do Instituto de Santo António, por causa do controle administrativo exercido pelo Governo. Em 1900, o Comissário, Mons. António Aires de Gouveia, prometeu levar o Conselho administrativo a pagar anualmente um aluno em Roma, e assim deve ter sido, porque parte da colecta passou a ser destinada ao Colégio Português<sup>36</sup>.

### O Colégio Português e o Instituto de Santo António

Fundado, há quatro séculos, pela Igreja e a ela ligado, o Instituto de Santo António dos Portugueses parecia estar, à primeira vista, em boas condições para a criação do desejado Colégio em Roma. Hospício de acolhimento a peregrinos, o Instituto oferecia tradicionalmente apoio e alojamento a Bispos da metrópole e das missões ultramarinas, assim como a estudantes de Teologia e Artes. Como o problema económico não era de somenos importância para a sobrevivência do Colégio, não admira que a Santa Sé e os Bispos tivessem pensado em resolver o caso apoiando a nova instituição no Instituto de Santo António<sup>37</sup>.

A ideia parece impor-se de tal modo que ela pesará durante anos na decisão sobre o Colégio em Roma, sendo tão natural a interdependência, como inviável a criação de uma outra instituição. Uma das primeiras tentativas nesse sentido pode-se adivinhar do conteúdo de uma carta do Núncio para o Cardeal Rampolla, em que este é informado da chegada a Roma de Mons. Artur Bessa na qualidade de Reitor do Instituto de Santo António e de algumas

---

fruto desse legado, que foi recebido em 1917: ASV A. N. LISBOA 410 (4), 279-299; SS Busta Separata (26.2.1916).

— Outro legado provém de Claudina Chamiço, na importância de 25.000 liras (Lisboa, Julho de 1913): ASV SS Busta Separata.

— Mais tarde, outras doações andam ligadas aos nomes do Cardeal Bisletti e do Cardeal Vanuttelli, como consta do Arquivo do Colégio.

<sup>36</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 17.11.1900. A 3.10.1910, o Núncio envia um cheque de 800.000 réis (= 4.000 liras) da Bula da Cruzada para Roma, destinado ao Colégio Português. Foi o último despacho da Nunciatura, antes da proclamação da República: ASV A. N. LISBOA 363 (2), 175-179.

<sup>37</sup> A essa posição dos Bispos, que inicialmente não pensavam na fundação de um tal Colégio, se refere o opúsculo *Appunti*, 6-7.

sugestões que lhe poderão ser feitas quanto à direcção e administração do referido Instituto, em ordem a um melhor aproveitamento dos seus fundos e a um maior respeito dos seus fins (5.6.1890). Pouco depois, a Princesa D. Adelaide de Bragança faz-se paladina da mesma ideia, na sua carta ao Santo Padre<sup>38</sup>. Dois anos depois, a correspondência do Núncio para o Cardeal Secretário reflecte praticamente todas as questões que então se punham sobre o Instituto e o novo Colégio. No quadro de conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Costa Lobo, o Núncio fala da necessidade de corrigir irregularidades na administração do Instituto, de serem aprovados novos Estatutos, de colocar à sua frente um Reitor capaz, que possa ser também o Director do Colégio, da conveniência de admitir estudantes de Belas Artes. Portugal, «tão necessitado de eclesiásticos cultos», parecia tardar em fundar esse Colégio, que também serviria para os territórios ultramarinos, quando todos os outros países já possuíam tais Colégios em Roma<sup>39</sup>.

Nas conversações com o Governo devem ter sido decisivas a iniciativa e a persistência dos Núncios Jacobini e Aiuti. Em 1896, o caso é objecto de intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros junto da Embaixada de Portugal em Roma, parecendo estar em bom caminho. Reportando-se a uma Nota do Núncio, a carta do Ministério refere-se aos esforços feitos por reformar o Instituto de Santo António e, «sem prejuízo grave das obrigações que lhe incumbem», ao projecto de albergar e subsidiar alguns jovens eclesiásticos, destinados às missões ultramarinas, que fossem a Roma completar os seus estudos. Deste modo, suprir-se-ia a falta de um «Seminário ou Colégio Português em Roma, semelhante a outros que algumas nações ali mantêm desde muito». Na carta, dirigida ao Conselheiro Miguel Martins d'Antas e datada de Lisboa 10.4.1896, pedem-se informações sobre o número de alunos que aí se poderiam vir a hospedar e sobre a possibilidade de coexistência entre os estudantes eclesiásticos e os alunos de Belas Artes. A tais questões o Conselheiro respondeu, manifestando o seu acordo com a proposta que previa a instalação de seminaristas ou clérigos, ao mesmo tempo que chamava a atenção para as dificuldades econó-

---

<sup>38</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 24.5.1891.

<sup>39</sup> ASV SS Busta Separata: Cartas do Núncio ao Cardeal Rampolla, de 28.3.1892 e 18.5.1892.

micas com que o Instituto se debatia e para a necessidade de participação das Dioceses nas despesas de alojamento e viagens<sup>40</sup>.

O Núncio ia diligenciando junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros para que a situação do Instituto de Santo António se regularizasse e para que fosse feita a entrega do excedente em favor de alguma instituição mais conforme aos fins dos fundadores e de acordo com a Santa Sé. Além dos homens políticos, o Núncio ia-se empenhando também junto dos Bispos, nomeadamente o de Coimbra («il più influente ed il più intraprendente»). Quanto o saneamento da administração do Instituto condicionava a fundação do Colégio, vêmo-lo no relatório que o Ministro dos Negócios Estrangeiros pede ao Embaixador<sup>41</sup>.

Os Bispos começaram a ocupar-se do problema colectivamente, nas reuniões ou assembleias que iam tendo em Lisboa, encontrando-se manietados pelos mesmos condicionalismos de ordem económica e política. Da acta da reunião de 1897 resulta o seguinte voto: «Reconhecendo que será de grande utilidade para melhorar a educação e instrução do clero fundar em Roma um Colégio português onde sejam recebidos os alunos que os Prelados das dioceses do Reino mandem estudar nos cursos eclesiásticos estabelecidos na capital do mundo católico, resolveu-se empregar perante os poderes públicos as diligências convenientes para se conseguir que, até onde seja possível, os fundos da igreja de Santo António dos Portugueses sejam aplicados à sustentação de um Colégio para o referido fim, sem prejuízo dos encargos pios a que esses fundos estejam sujeitos»<sup>42</sup>.

No ano seguinte, a acta da reunião episcopal resumiu a discussão do problema assim: «Outrossim se resolveu representar ao Governo para que com os rendimentos da casa de Santo António dos Portugueses em Roma seja ali sustentado um Colégio destinado a receber os alunos que das dioceses do Reino vão estudar nos cursos eclesiásticos estabelecidos naquela cidade»<sup>43</sup>.

Para a resolução do problema começaram os Bispos a tomar algumas medidas concretas. Uma delas foi a constituição de uma comissão de três Bispos para a reforma do Instituto e para fazer

---

<sup>40</sup> *Arq. Emb. de Portugal junto da Santa Sé*, Caixa 26, Maço 2, Doc. 11.

<sup>41</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 1.2.1897.

<sup>42</sup> ASV SS Busta Separata: 1.º Aditamento à Representação a El-Rei.

<sup>43</sup> *Id.*, 2.º Aditamento à Representação a El-Rei.

diligências junto do Governo nesse sentido (16.1.1898). Daí resultou uma representação a El-Rei e a viagem de D. António Barroso a Roma.

A representação a El-Rei, datada de 17 de Janeiro de 1898 e assinada pelos (onze) Bispos presentes na reunião, destinava-se a interessar o próprio monarca no estabelecimento do Colégio Português em Roma. Os Bispos começam por falar do profundo desgosto que sentem nas visitas a Roma ao verificarem a ausência de alunos portugueses, ao contrário dos outros países católicos que têm junto da Cadeira de Pedro os respectivos colégios nacionais. Constatando já os bons serviços prestados em Portugal por aqueles estudantes que entretanto se formaram em Roma, os Bispos apelam para que «uma parte dos grandes rendimentos do Hospício de Santo António, devidamente reformada e melhorada a sua administração», seja aplicada no estabelecimento de um Colégio nosso em Roma. Se isso não for possível e se a redução dos legados pios não for viável, então sejam admitidos como capelães na Igreja de Santo António alguns alunos e sejam pagas mensalidades a outros que estudem nos Colégios Romanos<sup>44</sup>.

Segundo informação do Núncio A. Aiuti, de 10.2.1898, D. António deveria apresentar, de acordo com o Embaixador, um projecto de reforma do Instituto de Santo António. Quanto ao projecto de fundação do Colégio Nacional, D. António Barroso deveria informar-se bem do pensamento da Santa Sé a esse respeito, sobretudo junto do Cardeal Rampolla. Como encarregado do Governo para este caso, competia-lhe mostrar que aquele não punha dificuldades em que o Colégio fosse separado da Igreja de Santo António, continuando na intenção de subsidiar 3 ou 4 estudantes de Belas Artes com dinheiros do Instituto. A autonomia do Colégio deveria ser assegurada ou mediante a compra de Palácio apropriado, vendendo uma ou duas casas do Instituto, ou mediante aluguer de casa, condicionado aos rendimentos daquele<sup>45</sup>.

A missão de D. António não chegou a porto seguro por este caminho, tanto mais que o Núncio tinha instruções claras para conduzir as coisas do Colégio, de modo a excluir a ingerência do Governo. Era necessário proceder com a máxima cautela, porque

---

<sup>44</sup> ASV SS Busta Separata: Representação a El-Rei.

<sup>45</sup> *Id.*, Carta de 1.2.1897.

a dependência de um Colégio eclesiástico do Governo comportaria um dano tão grave que, onde se julgasse impossível evitá-la, seria preferível renunciar a todo o projecto de fundação. O problema era de tal maneira decisivo para a identidade do Colégio que Roma sublinha a independência deste relativamente ao Governo, no próprio ano em que iniciava os seus passos<sup>46</sup>.

A ideia da separação tinha feito o seu caminho, havia muito tempo, a avaliar pelo teor da frase do Cardeal Neto na sua carta ao Santo Padre: «Não conviria de modo algum que fosse no edifício de Santo António dos Portugueses, excepto com exclusiva superintendência da Santa Sé»<sup>47</sup>. Outros Bispos, porém, defendiam, com algumas condições, a aliança Instituto-Colégio, a avaliar pelas tomadas de posição do Bispo de Coimbra. Este, em carta ao Cardeal Secretário (21.3.1907), recordava que a alternativa económica para o Colégio seria ou «a liberalidade e benquerença tão sabida de Sua Santidade para com os Portugueses» ou «a aplicação dos rendimentos do Hospício de Santo António dos Portugueses ao Colégio, reformando por completo a administração»<sup>48</sup>.

No que dizia respeito à administração do Instituto, D. António Barroso nada pôde fazer perante alguns dados e situações de facto que não eram de solução imediata: dívida de 25.000 liras; ocupação de casas por três secretários da Embaixada. Em seu lugar e numa nova tentativa de resolver o problema, foi proposto o Bispo de Coimbra<sup>49</sup> a ir a Roma com um plano teoricamente bem definido. As rendas do Instituto deveriam ser divididas em três partes: 1) para a Igreja, manutenção das casas e administração; 2) para manutenção do Colégio ou ao menos de um determinado número de estudantes eclesiásticos em Roma; 3) para subvenção de 3 ou 4 estudantes de Belas Artes<sup>50</sup>.

Esta visita ficou só em projecto, porque, entretanto, em Roma as coisas avançaram por outro caminho, como o Bispo-Conde dá a

---

<sup>46</sup> *Id.*, Cartas de 13.2.1897, 26.1.1898 e 18.12.1898.

<sup>47</sup> *Id.*, Carta de 21.12.1893.

<sup>48</sup> *Id.*, Carta de 21.3.1907.

<sup>49</sup> O Bispo era D. Manuel Bastos Pina. «È un personaggio distintissimo, un bravo Prelato, un ottimo organizzatore ed un eccellente amministratore, qualità tutte che lo raccomandano per questo lavoro intricato e difficile». (ASV SS Busta Separata: Carta de 17.1.1899).

<sup>50</sup> ASV SS Busta Separata: Carta do Núncio de 17.1.1899.

entender: «Para este fim, porém, era de todo o ponto indispensável a aquiescência e combinação do Governo, e tão bem encaminhadas estavam já as coisas que estava quase como combinada já entre o Senhor Núncio e o Governo a minha ida a Roma para tratar deste assunto, como muito bem sabe o Em.<sup>mo</sup> Senhor Cardeal Vanuttelli»<sup>51</sup>. Quando no Colégio se fazia já sentir perigosamente o peso das dificuldades, o Bispo de Coimbra dirá, na continuação da mesma carta ao Cardeal Merry del Val: «dificuldades que eu sempre previ pela falta de recursos idos daqui para ele, eu reconheço quanto teria sido melhor o meu empenho de ter aplicado para ele, pelos meios competentes e legítimos, alguns dos rendimentos do Hospício de Santo António dos Portugueses em Roma»<sup>52</sup>.

Na prática, o que se deve ter tentado até à última foi um certo apoio ou encosto do novo Colégio ao velho Instituto. Por um lado, a Santa Sé não via com bons olhos um Colégio eclesiástico na dependência do Governo, sendo por isso mesmo desaconselhável a hipótese de o tornar dependente da reorganização do Instituto; por outro lado, os Bispos encontravam-se perante uma situação de facto, com a qual não podiam contar, e, mesmo que o Instituto viesse a ser reorganizado, os seus rendimentos não bastariam para garantir a existência do Colégio. O que poderia vir a acontecer era o estabelecimento de subsídios para alguns alunos e a confirmação de outros como capelães da Igreja de Santo António<sup>53</sup>.

Em Roma, depois da secularização do Instituto de Santo António, o Colégio não podia ser encarado senão de modo independente daquele. A essa situação se refere o Arcebispo de Tiro, Núncio Apostólico em Lisboa, em carta dirigida ao Cardeal Rampolla (5.1.1892). Segundo um artigo do *Comércio de Portugal* (31.12.1891), o Conde de Almedina e outros membros da Academia das Belas Artes de Lisboa propunham, num texto apresentado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Rei, a reforma do Instituto de Santo António em Roma e a fundação de uma Academia Nacional de Belas Artes. Embora o intuito fosse declarado patriótico e «sem ofensa do seu primitivo carácter», uma tal proposta encontra-se

---

<sup>51</sup> *Id.*, Carta de 21.3.1907.

<sup>52</sup> *Ibidem.*

<sup>53</sup> *Id.*, Carta de 8.2.1899.

em estado de rotura com a da fundação de um Colégio Português, cuja finalidade específica seria a preparação do Clero português<sup>54</sup>.

O dossier vaticano «Ospizio di S. Antonio in Roma e Collegio Nazionale Portoghese (1897-1903)» mostra bem quanto o assunto foi debatido por Bispos e Núncio. Apesar das vantagens económicas que adviriam de uma boa administração, acabarão por reconhecer que nem a casa oferecia condições nem era prudente colocar-se num terreno de dependência económica sob a órbita do Governo<sup>55</sup>. Mas em 1897 os dois problemas ainda andavam misturados, conforme o mostra a acta da reunião dos Bispos em Lisboa (11-14 de Janeiro): «conseguir que, até onde seja possível, os fundos da Igreja de Santo António dos Portugueses sejam aplicados à sustentação de um Colégio para o referido fim ...»<sup>56</sup>.

Na Conferência do ano seguinte (10-12.1.1898), os Bispos ainda falam da conveniência de que o Instituto de Santo António em Roma seja adaptado a Colégio para estudantes de ciências eclesiásticas, de línguas orientais e de belas artes, como quase todas as nações têm<sup>57</sup>.

A ideia da coligação das duas instituições parece ter sido calorosamente defendida por dois dos fundadores, que, a dado momento, se encontram ultrapassados pelos acontecimentos e pelas instruções da Santa Sé. Perante a situação de facto, uma defesa de tipo nacionalista aparecia portadora de ambiguidades: «Era sempre para Santo António que se olhava, era sempre o nosso Régio Instituto Nacional que devia fazer as despesas do Colégio, enquanto os fundadores, longe de pensarem que Santo António deveria servir o Colégio, pretendiam, pelo contrário, que o Colégio deveria servir a Santo António ... A Casa e a Igreja Nacional em Roma era o único monumento que ainda restava na Europa da nossa antiga grandeza; o Colégio deveria constituir um outro monumento, como são os colégios das outras nações ao lado das suas casas nacionais»<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> ASV SS 1892, rub. 250, fasc. 1, 62v, 65-66.

<sup>55</sup> ASV A.N. LISBOA 340 (1).

<sup>56</sup> ASV A.S.C.A.E.S. fasc. 308, n.º 450, 9.

<sup>57</sup> *Id.*, fasc. 313, 74v.

<sup>58</sup> *Appunti*, 8.

### A caminho da fundação do Colégio

A ideia ia ganhando vulto, procurando-se concretização para alguma das soluções propostas. Inviabilizada a solução do Instituto de Santo António, subsistia ainda a etapa dos Colégios romanos, onde vários portugueses fizeram os seus estudos. Entre estes contava-se o Colégio Espanhol, criado recentemente, que se dispunha a apoiar o projecto português. Este foi representado, sobretudo, pelo Patriarca das Índias Orientais e Arcebispo de Goa, D. António Sebastião Valente, o qual gozava de grande prestígio em Roma. Em carta datada de Lisboa (15.11.1893), expõe ao Núncio esse plano, com um conhecimento da situação do país e da necessidade do Colégio verdadeiramente impressionante:

«Como se colige da carta que dirigiu aos bispos espanhóis, regulou o Santo Padre o estabelecimento do Colégio Hispânico em Roma, por forma tal que faz esperar se colham num futuro próximo dessa instituição frutos salutares em ordem ao maior incremento das ciências eclesiásticas e espírito sacerdotal nessa nação católica.

Este facto avivou-me os desejos antigos de ver criado também junto da Santa Sé o Colégio Luso com os mesmos fins. Ninguém melhor do que V. E. sabe que um progresso mui digno de atenção se vai operando nos Seminários de Portugal; mas os bispos lutam com dificuldades para obter pessoal idóneo quer para o ensino quer para a formação do espírito nos jovens clérigos. A Faculdade de Teologia de Coimbra, apesar das tristes circunstâncias de V. E. bem conhecidas, fornece ainda professores bons sob o ponto de vista científico e do espírito sacerdotal, porém em escassíssimo número. Deve especialmente notar-se que se acha entre nós muito descurado o estudo da literatura latina e da filosofia, tão necessário para a cultura da ciência teológica, a qual realça e torna frutuosa. Daqui se colige ser para nós portugueses mais útil ainda que para os espanhóis ter em Roma um Colégio, onde as diversas dioceses enviem alguns alunos mais avantajados em talento e com decidida vocação.

Se é evidente a utilidade do Colégio, não o é menos que por ora as condições políticas e a situação económica dos bispos não permitem a sua fundação formal e pública, a menos de produzir-se um grande esforço de vontade, que não é de esperar infelizmente. Por isso, para preparar desde já esse futuro e começar a colher os resultados da educação romana antes de criar-se o Colégio, submeto à consideração de V. E. o seguinte meio que me parece inteiramente prático e exequível. Podia no Colégio Espanhol, depois de instalado no palácio Altemps, abrir-se

uma secção portuguesa de número limitado de alunos, cujas despesas de viagem e de Colégio ficassem a cargo das Dioceses que os enviassem, combinando-se os bispos para escolher um sacerdote português ou espanhol que especialmente cuidasse dos portugueses, sendo necessário; e assim como a direcção deve enviar relatório do estado da instituição ao Episcopado de Espanha por meio dos Arcebispos de Toledo e Sevilha, assim também o poderia enviar com relação à secção lusitana ao Episcopado de Portugal por meio do Cardeal Patriarca de Lisboa. Este é na substância o meu pensamento.

Ficaria muito obrigado a V. E. quando se dignasse dizer-me se da parte da Santa Sé não haveria repugnância na sua realização e, não a havendo, se não conviria comunicá-la a S. Eminência o Patriarca de Lisboa e ao resto do Episcopado. Quanto a obter o consenso do Espanhol e dos sacerdotes que dirigem o Colégio, ficaria para depois. Estando em Roma pelas festas do Jubileu de Sua Santidade, falei no assunto ao Reitor, que se mostrou favorável à admissão de alunos portugueses, os quais julgo haviam de conviver muito bem com os espanhóis. Se se obtivesse a tempo o consenso dos prelados do Reino e de isso me encarregassem, não teria dúvida de fazer um pequeno rodeio na minha próxima viagem para a Índia e sondar as disposições do Em. Cardeal-Arcebispo de Sevilha ou de Toledo, os quais parece-me não se hão-de mostrar contrários, sobretudo sabendo que o projecto não desagrade a Leão XIII»<sup>59</sup>.

Um mês depois o Núncio referir-se-ia a uma longa conversa com o Patriarca das Índias (26.12.1893). Mas o tempo foi passando. Três anos mais tarde, o Cardeal Patriarca falava ao Cardeal Secretário da oferta dos sacerdotes que dirigiam o Colégio Espanhol no Palácio Altemps, no sentido de ajudarem a concretizar a fundação do Colégio Português (Maio 1896). Esta posição leva a pensar no acordo entre os dois Patriarcas quanto à concretização próxima do projecto do Colégio Nacional em Roma. A resposta epistolar para o Patriarca e para o Núncio não oferece novidade (11.5.1896), mas iriam passar quase dois anos até chegar a hora do início do Colégio.

O Bispo que esteve presente nessa hora foi D. António José de Sousa Barroso, ainda Bispo de Meliapor, que então se encontrava em Roma, e a tal ilustre presença se refere a «Acta da fundação do Colégio Português em Roma» (6.5.1898), com palavras de

---

<sup>59</sup> ASV A. N. LISBOA 337 (1), 104-105.

apreço e entusiasmo. D. António Barroso «anuncia que Sua Santidade, na audiência que lhe concedeu logo depois da sua chegada, lhe manifestou o mais vivo desejo de ver fundado em Roma um Colégio português». Por isso, ele, D. António, ficou «imensamente impressionado e contente, quando soube que o pensamento do Santo Padre estava já para se realizar».

No ano seguinte (1899), ao entrar na sua nova diocese do Porto, em carta para o Visconde de S. João da Pesqueira assegurava que não podia ter recebido nem saudação mais agradável nem augúrio tão feliz, como a notícia da fundação do Colégio em Roma. Sublinha que nada lhe estava tanto a peito como esta obra providencial, na qual punha a esperança de regeneração do país, e congratulava-se pelo facto de ter presidido ao primeiro acto da fundação e por ter apresentado ao Papa Leão XIII o projecto inicial da «obra maior dos nossos tempos», concretizado mediante a acção e a coragem de diocesanos seus (Carta de 15.8.1899)<sup>60</sup>.

### O nó do problema

Com a Carta *Quam nuper*, de 6 de Janeiro de 1894, o Papa Leão XIII respondia a uma carta do Cardeal J. Neto, datada de 21.12.1893, na qual o Patriarca de Lisboa, representando o sentir do Episcopado Português, manifestava o desejo veemente da fundação de um Colégio Português em Roma. Esta circunstância serve ao Papa para estimular e abençoar esse propósito, que deve ser tomado e assumido também pelos outros Bispos, ao mesmo tempo que afirma a Sua disponibilidade em apoiar tal causa<sup>61</sup>.

Dessa diligência se fez eco a correspondência entre D. Jacobini, Arcebispo de Tiro e Núncio Apostólico em Lisboa, e o Cardeal Secretário de Estado. Em carta datada de 26.12.1893, o Núncio expõe dois temas importantes da próxima reunião dos Bispos: 1) Assembleia geral dos católicos; 2) Fundação de um Colégio Português em Roma. Um longa conversa com o Patriarca das Índias confirmou a urgência desse Colégio para Portugal, o qual «não chegará a nada, se não tiver um clero moral, romano nas ideias e dedicado à Santa Sé». Num colóquio com o Ministro dos Negó-

---

<sup>60</sup> Cf. pró-memória dirigido ao Santo Padre (11.2.1900), p. 9.

<sup>61</sup> *Leonis XIII Acta XIV* (1894), 1-2.

cios Estrangeiros, Arouca, ressaltou «a pouca instrução, a pouca moralidade, a demasiada laicidade deste clero». Daí a importância do pedido do Cardeal Patriarca sobre a fundação do Colégio, a qual passava a estar ligada ao lugar e à casa. Enquanto o Patriarca pedia ao Papa um lugar para o novo Colégio, de modo a garantir a liberdade e a vigilância dos estudos sob os olhos do Santo Padre, o Núncio refere que outros Bispos propõem como lugar o Instituto de Santo António<sup>62</sup>.

O Cardeal Rampolla responde ao Patriarca de Lisboa e ao Núncio, reforçando os dois referidos pontos da agenda da reunião, chamando a atenção para a carta do Papa, assinada um dia antes e endereçada ao Cardeal J. Neto (6.1.1894). O Cardeal Secretário, tendo conhecimento da realização próxima de uma Assembleia de Bispos Portugueses, pede que se chame a atenção daqueles para «a fundação de um Colégio eclesiástico português em Roma, do qual proviriam grandes vantagens para o Clero deste Reino» e «quanto esteja no coração de Sua Santidade que esta ideia de concretize»<sup>63</sup>.

A urgência de ver resolvido esse problema e o peso das dificuldades que iam surgindo estão bem patentes no dossier reservado ao Colégio Português pelo Núncio A. Aiuti (1896-1903)<sup>64</sup>.

Pela correspondência entre a Nunciatura e a Secretaria de Estado ficamos a saber que o nó do problema andava ligado à determinação da Santa Sé e também ao poder do Governo português. Para o Episcopado, desorganizado e empobrecido, havia duas dificuldades praticamente intransponíveis: uma ligada à parte económica, outra dependente do reconhecimento dos estudos romanos. A resolução da primeira pareceu fácil, com a proposta da reconversão do Instituto de Santo António em Colégio, onde uma boa administração apresentaria uma parte dos rendimentos para satisfazer essa finalidade<sup>65</sup>.

A outra dificuldade, com cobertura legal, provinha da não-equiparação dos estudos feitos por alunos nas Faculdades Pontifícias — uma medida discriminatória e humilhante que comprometia seria-

---

<sup>62</sup> ASV SS Busta Separata 194-B.

<sup>63</sup> ASV A. N. LISBOA 337 (3), 23: Carta de 7.1.1894; SS 1894, rub. 250, fasc único, 79: Carta de 19.1.1894.

<sup>64</sup> ASV A. N. LISBOA 340 (1).

<sup>65</sup> *Id.*, 9, 14-15, 25, 27, 28, 31, 48, 65.

mente o intercâmbio cultural e a promoção do Clero em Portugal<sup>66</sup>.

Conforme era desejo do Santo Padre, os Bispos foram amadurecendo o problema e, ao fim de três anos, puderam tomar a resolução de fundarem um Colégio Nacional em Roma. Da acta dessa reunião em Lisboa, de 11-14 de Janeiro de 1897, existe uma cópia no Arquivo da S. Congregação para os Assuntos Extraordinários:

«Reconhecendo que será de grande utilidade para melhorar a educação e instrução do clero fundar em Roma um Colégio Português, onde sejam recebidos os alunos que os Prelados das dioceses do Reino mandem estudar nos cursos eclesiásticos estabelecidos na capital do mundo católico, resolveu-se empregar perante os poderes públicos as diligências convenientes para se prosseguir que, até onde seja possível, os fundos da Igreja de Santo António dos Portugueses sejam aplicados à sustentação de um Colégio para o referido fim, sem prejuízo dos encargos pios a que esses fundos estejam sujeitos.

Igualmente se resolveu pedir que os estudos eclesiásticos superiores feitos em Roma pelos sobreditos alunos sejam reconhecidos pelo Governo como valiosos em Portugal e equiparados pelo menos aos que são feitos nos cursos trienais dos seminários do Reino»<sup>67</sup>.

O texto é eloquente de como a fundação do Colégio andava ligada a um desejo e a condições que punham em causa a sua própria existência: reconhecimento das vantagens de uma tal instituição em Roma; necessidade de mandar estudantes; empregar as diligências convenientes para aplicação dos fundos da Igreja de Santo António, sem prejuízo dos encargos pios; pedir o reconhecimento dos estudos por parte do Governo português. Destas mesmas questões se fazem eco as cartas do Episcopado sobre a fundação do Colégio endereçadas ao Visconde da Pesqueira no ano de 1899<sup>68</sup>.

### **Reconhecimento dos estudos romanos**

Este ponto altamente controverso significava a abrogação da lei de 28.4.1845, que negava aos clérigos equivalência de estudos

<sup>66</sup> Id., 9, 19; SS 1899, rub. 250, 108-158: documentos sobre o projecto de modificação da lei; cf. SS 1897, rub. 250, 5-6.

<sup>67</sup> ASV A.S.C.A.E.S. fasc. 308, 9.

<sup>68</sup> Arquivo do Colégio Português, Caixa n.º 1.

fora do país, e nesse sentido vão as diligências do Cardeal Rampolla e do Núncio no ano de 1898, junto de alguns ministros (Primeiro Ministro, Justiça, Negócios Estrangeiros e Negócios Eclesiásticos). Decisiva na correcção dessa lei foi a intervenção do Bispo de Coimbra, D. Manuel Bastos Pina, ao qual se ficou a dever o texto da proposta da nova lei, aprovado na reunião da Câmara dos Pares em 12.5.1898, e a defesa da mesma pelo P. João Monteiro Vieira de Castro na Câmara de Deputados. Nesta altura, encarna-se a discussão dessa proposta de lei, levando a adiamentos na sua aprovação e dando ocasião a várias deslocações a Lisboa do Bispo-Conde<sup>69</sup>.

O texto da lei aprovada em sessão da Câmara de Deputados de 22 de Abril de 1899 é o seguinte: «É o Governo autorizado a conceder licença régia para a ordenação dos cidadãos portugueses graduados ou doutorados nas Faculdades de Teologia ou Direito Canónico das Universidades Pontifícias de Roma, mediante solicitação e informação favorável dos respectivos Prelados diocesanos. Esta licença só poderá ser concedida aos ordenados, depois de exame e aprovação, perante o seminário da diocese a que pertençam, nas disciplinas preparatórias para o curso trienal e nas que constituem este curso, ficando equiparados para todos os efeitos legais aos que tenham frequentado os seminários do reino»<sup>70</sup>.

A essas diligências junto do Governo se refere o Bispo de Coimbra, algum tempo depois, em carta dirigida ao Visconde da Pesqueira (11.7.1899). E em 1907 numa carta para o Cardeal Secretário de Estado (21.3.1907), diz o seguinte:

«Escrevi também, e fiz passar na Câmara dos Pares, uma lei para serem recebidos em Portugal os estudos feitos em Roma, como sendo feitos nos nossos Seminários, lei que me esforcei também para passar na Câmara dos Deputados, como passou, embora com algumas modificações; e em 25 do mesmo mês e ano, tratando-se de alterar o decreto de 2 de Janeiro de 1862 sobre o provimento dos benefícios eclesiásticos, pedi ao Governo que os alunos enviados para Roma pelos seus respectivos Prelados,

---

<sup>69</sup> ASV SS Busta Separata: Carta 10.2.1898; A. N. LISBOA 340 (1), 89-142.

<sup>70</sup> ASV SS 1899, rub. 250, 143: Texto do Decreto; 140-142: Carta do Núncio ao Cardeal Rampolla sobre a votação favorável do Senado ao novo projecto de lei (Lisboa, 11.5.1899).

fossem considerados como concorrentes de primeira classe no provimento dos mesmos benefícios, quando voltassem de lá com o diploma de formatura em Teologia ou Direito Canónico em alguma das Universidades romanas»<sup>71</sup>.

A campanha de acusações, animada por professores da Faculdade Teológica da Universidade de Coimbra e levada à Câmara pelas vozes de Queirós Ribeiro e de José Alpoim, contribuiu para enredar todo o processo: um Colégio em Roma constituiria «um atentado ao ensino nacional»; seria «um escândalo e uma flagrante injustiça», obter láurea em Teologia e Direito Canónico em Roma, com menos anos de estudo do que em Coimbra; e o legado do prelado italiano ao Colégio Caprânica para um estudante português era «inútil, supérfluo e até prejudicial, porque tende a desnacionalizar o ensino»<sup>72</sup>.

Mas foi mais fácil responder às acusações do que desmontar os preconceitos. O Núncio comunicou a natureza das dificuldades à Sagrada Congregação dos Estudos e pediu informações sobre os Institutos Pontifícios Romanos e sobre os currículos dos estudos que foram publicados no *Correio Nacional* de 22 a 25 de Agosto de 1898, com o título: «Sobre o ensino teológico em Roma». Procurou, além disso, esclarecer alguns governantes de que as acusações de concorrência e de insuficiência dos estudos não correspondiam à realidade dos factos. Como poderia haver razão para pânico, na Faculdade de Coimbra, se seriam só 8 a 10 alunos que iriam para Roma? O pressentimento de que a Faculdade Teológica estava a cavar a sua própria ruína, tinham-no já os professores e o Núncio também<sup>73</sup>.

### **O Núncio Apostólico A. Aiuti e o Colégio\***

Das fases por que passou o processo da criação do Colégio em Roma nos dá conta o Núncio Apostólico, Cardeal Andrea Aiuti, que em 1896 recebia instruções claras em ordem a estimular os bispos portugueses nesse sentido.

---

<sup>71</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 21.3.1907.

<sup>72</sup> ASV A.S.C.A.E.S. fasc. 312, f. 2-11. O bispo do legado em causa era Mons. Gesualdo Vitali.

<sup>73</sup> *Id.*, fasc. 312, f. 6-9, 17-19, 26, 31-33.

Logo no ano seguinte, o Arcebispo de Damíata dava informação pormenorizada para Roma sobre o Colégio, depois de ter feito o mesmo, antes, em relação à «questão quente» do Instituto de Santo António: «A seguir, não deixei de fazer compreender ao Sr. Ministro que a instituição eclesiástica para a qual se poderia retirar o supérfluo, depois de cumpridas as obrigações mais anexas ao Instituto de Santo António em Roma, seria incontestavelmente um Colégio nacional português a estabelecer em Roma. Disse-lhe ser desejo do Santo Padre, que, como as outras nações, assim também Portugal possa ter um Colégio nacional em Roma, a fim de que os jovens eclesiásticos portugueses possam ir estudar com maior facilidade no centro do Catolicismo e regressar depois à pátria bem preparados e plenamente aptos ao ministério sacerdotal»<sup>74</sup>.

Uma vez que fossem resolvidos dois problemas, nada obstaría à fundação do Colégio. O primeiro dizia respeito a rendas supérfluas do Instituto, que bem se poderiam aplicar na fundação e na manutenção do Colégio; o segundo andava ligado à abolição da lei de 28.4.1845 que proibia a concessão de benefícios e paróquias aos clérigos que estudassem fora do Reino. O Ministro mostrou-se muito aberto ao desejo do Santo Padre e prometeu ocupar-se do assunto, tanto mais que Portugal era o único país católico sem Colégio em Roma.

Os contactos com os Bispos também se mostraram profícuos, interessando-os no projecto mediante contactos e intervenções junto dos ministros e do Governo. A maior dificuldade era de ordem económica. Entre os Bispos desenhava-se uma dupla corrente: uns, com o Bispo de Coimbra, propunham que se mandassem estudantes de Direito Canónico, já presbíteros; outros, com o Cardeal Patriarca, preferiam o envio de jovens que estudassem belas artes e ciências eclesiásticas.

O Núncio pede instruções, mas entretanto inclina-se para a segunda hipótese e propõe que o Reitor da Igreja de Santo António seja também o Reitor do Colégio, o qual deveria ser eleito pela Santa Sé e pelo Episcopado português.

---

<sup>74</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 1.2.1897.

A resposta do Núncio, em forma de relatório, datado de Roma 20.11.1903, historia precisamente o problema na fase em que surge o Pontifício Colégio Português:

«Logo que cheguei a Lisboa, ocupei-me em preparar o caminho para a fundação do dito Instituto. As principais dificuldades que a isso se opunham eram constituídas primariamente pela lei de 28 de Abril de 1845, a qual proibia a admissão às ordens sacras e aos benefícios eclesiásticos dos clérigos que tivessem estudado fora do Reino, e depois pelo perigo de que o Governo quisesse ter parte na direcção e administração do mesmo Instituto. A eliminação da primeira dificuldade custou a quem escreve três anos de contínuas fadigas dirigidas a dispôr os homens do Governo a não pôr obstáculo à abrogação daquela lei; e nesse trabalho fui tão afortunado que tive finalmente a consolação de ver patrocinada pelo Governo e votada pela Câmara a referida abrogação, não obstante a encarniçada opposição que alguns faziam por parte da Universidade de Coimbra, determinando que de futuro o Governo poderia dar licença de receber ordens sacras àqueles que fazem a láurea numa das Universidades Pontificias de Roma, 'a seguir (são palavras textuais) ao exame de ordenação que estes terão feito diante do respectivo Bispo'.

A segunda dificuldade foi eliminada pelo facto de ter tomado a iniciativa da fundação do Seminário-Colégio Português em Roma o Snr. Visconde de S. João da Pesqueira, prescindindo absolutamente de qualquer ajuda que o Governo tivesse podido dar directamente ou por meio do Hospício de Santo António dos Portugueses em Roma. O Colégio Português na capital do mundo católico destina-se a prestar grandes serviços à Igreja em Portugal, promovendo bons directores dos Seminários e bons professores, os quais possam restabelecer a formação eclesiástica e científica deste Clero. Em 1834 foram suprimidas as Ordens religiosas e encerrados os Seminários que na maior parte eram dirigidos e instruídos por estas. Depois de trinta anos, abriu-se algum Seminário menor numa ou noutra diocese e, pouco a pouco, foram reabrindo os Seminários em todas as Dioceses, mas não houve mais nem bons directores nem bons professores para a formação do Clero jovem, pois que, mortos os antigos religiosos e padres, o novo Clero tinha sido formado com homens que apenas sabiam Catecismo e sem nenhuma educação eclesiástica. A falta de direcção e a ignorância dos professores, não obstante a boa vontade dos Bispos e do próprio pessoal dirigente e docente, tem mantido a mediocridade no Clero quanto a ciência e a sua formação imperfeita no que respeita ao cumprimento dos próprios deveres e da conduta moral, a que atrás se acenou, pois que 'nemo dat quod non habet'.

Os alunos do Colégio Português, regressando à Pátria, poderão ser empenhados na direcção e no ensino dos Seminários e restabelecer, assim, as coisas, a pouco e pouco. Mas será necessário que a Santa Sé insista junto dos Bispos, para que mandem para Roma um número suficiente de jovens»<sup>75</sup>.

### Os primeiros passos

Com a decisão histórica da reunião do ano de 1897, o Episcopado dava luz verde à nova instituição. Faltava uma Comissão promotora. Esta iria surgir em Roma e seria constituída por: D. António José de Sousa Barroso, Visconde e Viscondessa de S. João da Pesqueira<sup>76</sup>, Mons. José de Oliveira Machado, P. Pio Gurisatti, P. Ricardo Tabarelli e António Braz. De todos estes, a Comissão operativa seria constituída apenas pelo senhor Visconde, por Mons. Machado, e pelo Cavaleiro Braz, como se pode verificar pelas notas e correspondência de então. São eles a assinar, quando escrevem ao Cardeal Secretário a informá-lo do andamento do Colégio e a pedir uma palavra de orientação, ao mesmo tempo que enviam um pró-memória para o Santo Padre e outro para o Cardeal Rampolla. Nesta altura, a Comissão tinha o seu gabinete no Palazzo Casali, Via della Stelletta, 1. Piano, Roma<sup>77</sup> e propunha-se iniciar o próximo ano lectivo de 1898-99, instalando os poucos alunos na casa anexa à Igreja de S. Nicola dei Prefetti, confiada ao P. R. Tabarelli, que deveria ser também o Director do novo Colégio.

Na carta para o Cardeal Secretário (18.12.1898), a Comissão promotora, depois de agradecer as palavras do Santo Padre, apresenta a fundação do Colégio como um facto que põe termo à «triste excepção» de Portugal nesse campo e, por outro lado, como «a mais digna recordação do fausto centenário» em que foram celebradas as antigas glórias lusitanas. Por isso, não duvidam que os Bispos portugueses façam própria esta empresa, sendo nisso secundados pelo Clero e pelo povo<sup>78</sup>. Nesse sentido vai uma outra nota para

<sup>75</sup> ASV A. N. LISBOA 382 (1), 253-254v.

<sup>76</sup> Luís Maria de Sousa Vahia Rebelo de Moraes (1862-192?), 3.º Visconde de S. João da Pesqueira, casou com D. Maria Adelaide Pinto da Silva, da qual não teve filhos, seguiu a carreira diplomática, tendo sido adido de Legação em Roma (*Nobreza de Portugal*, III, Lisboa, 1961, 325).

<sup>77</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 18.12.1898.

<sup>78</sup> ASV SS Busta Separ.: Carta assinada pelos 3 membros da Comissão.

o Cardeal Secretário, procurando estruturar a base económica com o apoio e a aprovação do Episcopado português, fase que reconhece ser «a mais árdua e a mais importante».

Pela mesma ocasião, o Cardeal Secretário envia uma carta em nome do Santo Padre, a cada um dos três membros da Comissão, onde retoma quase literalmente alguns conceitos da carta que lhe fora dirigida pelos mesmos.

Entretanto, a Santa Sé ia acompanhando os primeiros passos da nova instituição. Em Janeiro de 1899, o Cardeal M. Rampolla escrevia uma carta à comissão promotora do Colégio Português em que louvava a ideia e a incentivava a prosseguir, assegurando a bênção do Santo Padre para quantos concorrem para a estabilidade e engrandecimento do novo Colégio em Roma. As suas palavras retratam a situação e a mentalidade que envolvia a génese da nova casa: «Porque nesta Alma Cidade onde florescem Seminários e Institutos para a formação do clero de todas as outras Nações, mesmo não católicas, só Portugal formava até agora uma excepção demasiado discorde das suas grandes tradições religiosas e da exímia piedade de seus filhos. Por isso, o Santo Padre, que nutre particular afecto pela ilustre Nação Lusitana, sentiu a mais viva satisfação e alegria, sabendo que uma tão desagradável excepção estava finalmente eliminada» ... pois se trata de «uma instituição destinada a renovar e a aumentar a antiga celebridade do nome português». Além desta prova de solícitude do Cardeal Secretário pelo Colégio Português, há outras nas quais se dá conta do seu andamento<sup>79</sup>.

Por seu lado, a Comissão Promotora não se poupou a esforços por manter informados a Santa Sé e o Episcopado Português. Assim, fez imprimir diversos textos, cuja publicação interessava a divulgação da causa: Acta da Fundação (6.5.1898), Carta do Cardeal Rampolla à Comissão Promotora (22.1.1899), Circular sobre o «Colégio Português em Roma» (19.3.1899), Memorial endereçado ao Santo Padre (11.2.1900)<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> ASV A. N. LISBOA 353 (3), 148; 340 (1), 242, 256, 285: Cartas de 22 e 31.1.1899.

<sup>80</sup> Com toda esta actividade publicitária, a Comissão parece procurar uma legitimidade, uma ratificação oficial, que não chegou a haver nem da parte do Episcopado nem da Santa Sé.

A Circular expõe as razões da fundação do Colégio e faz o elogio de Roma como centro de cultura e de ciência eclesiástica. Num estilo grandiloquente, depois de se referir aos vários Colégios já existentes (Germano-Húngaro, Francês, Belga, Escocês, Inglês, Irlandês, Polaco, Lanito-Americano, Estado-Unidense, Caprânica, Canadano), e às Academias ou Institutos dos Governos, a Circular fala do Colégio Português, dos objectivos que o orientam e da necessidade de ajuda e apoio. Trata-se de um texto de divulgação, destinado a Bispos, Clero e um público mais vasto<sup>81</sup>.

Além deste texto, a Comissão envia uma outra Circular aos Bispos Portugueses (5.6.1899), dando conta dos objectivos e das dificuldades em que o incipiente Colégio navegava, enquanto os Viscondes da Pesqueira o faziam pessoalmente junto do Rei e da Rainha e de cada Bispo<sup>82</sup>.

O Memorial endereçado ao Santo Padre historia também os primeiros passos do Colégio, aparecendo precisamente no período de crise que o Colégio começava a atravessar com a saída dos Padres Estigmatinos encarregados da sua direcção. O crescimento do Colégio aparece dependente da resolução de dois problemas: confiar a direcção a padres portugueses e assegurar uma base económica estável<sup>83</sup>. A base do edifício estava posta, mas não bastava. Havia um movimento de opinião a cultivar. Por isso, segue uma série de cartas, dirigidas ao Visconde da Pesqueira e traduzidas em italiano, em que o Rei, a Rainha e os Bispos portugueses apoiam entusiasticamente a causa do Colégio<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> ASV A. N. LISBOA 353 (3), 150-155; 340 (1), 260-265 .

<sup>82</sup> ASV A. N. LISBOA 340 (1), 251-255, 258; SS 1899, rub. 250, 159-160: Carta do Núncio ao Cardeal Secretário sobre as visitas do Visconde da Pesqueira (7.8.1899); 161-162: Cópia da carta do Núncio recomendando o Visconde ao Episcopado Português (20.6.1899).

<sup>83</sup> Eis o elenco das soluções apontadas, já em acto ou a desencadear: O Visconde tinha depositado 30.000 libras para as despesas correntes; os Bispos pagavam pelos seus alunos 600 libras mensais; necessidade de organizar comissões de angariação de fundos; aproveitamento das promessas e do zelo de várias senhoras piedosas; interessar os portugueses do Brasil a encaminharem a sua munificência para aqui; aplicar, possivelmente, os abundantes fundos da Bula da Cruzada, aliás na dependência do Governo.

<sup>84</sup> As cartas datam do ano 1899 e reportam-se à primeira visita do Visconde aos Bispos e ao Rei D. Carlos. São elas do Cardeal Neto, Patriarca de Lisboa, e dos Bispos D. António S. Barroso (Porto), D. Manuel B. da Cunha

Deste Memorial constam as datas e os episódios mais significativos do período da fundação do Colégio: a 12 de Maio de 1898 D. António Barroso apresenta ao Santo Padre o projecto, que a Comissão promotora tinha entretanto elaborado (6.5.1898); a 18 de Junho de 1898, o Papa recebe em audiência particular o Visconde da Pesqueira, na qualidade de presidente da Comissão; nesse mesmo ano, três jovens clérigos portugueses instalam-se em Santo António<sup>85</sup>, com a finalidade de frequentarem a Universidade Gregoriana; a 22 de Janeiro de 1899, o Cardeal Secretário de Estado escreve uma carta à Comissão com o conforto da aprovação e da bênção do referido projecto; nesse mesmo ano, é enviada aos Bispos portugueses a Memória impressa sobre o Colégio, a preparar a visita dos Viscondes que, de facto, se seguiu; o ano escolástico abriu em Novembro com 8 alunos, dos 12 previstos, instalando-se por algum tempo no «Casino da Capela de Vila Borghese», junto da Porta Pinciana; a 11 de Novembro de 1899, o Bispo de Meliapor, D. Teotónio Vieira de Castro, em celebração solene, consagrou o Colégio ao Sagrado Coração de Jesus, enquanto nesse dia e à mesma hora os Viscondes faziam o mesmo no Santuário de Paray-le-Monial, colocando aí uma lápide votiva.

Neste mesmo ano (21.10.1899), oito jovens portugueses destinados ao Colégio fazem a sua viagem para Roma, acompanhados do Bispo de Meliapor, D. Teotónio R. Vieira de Castro e do Visconde da Pesqueira, os quais passariam por Lourdes a colocarem sob a protecção de Nossa Senhora a nova casa de formação sacerdotal<sup>86</sup>. Estes alunos, aos quais se juntariam em Roma mais três que já lá estudavam, constituiriam o primeiro núcleo do Colégio Português. Iriam viver em casa alugada e a partir dos

---

(Braga), D. Augusto E. Nunes (Évora), D. Manuel B. Pina (Coimbra), D. José A. Mariz (Bragança), D. Tomás G. Almeida (Guarda), D. António M. Belo (Faro), D. José C. Carvalho (Viseu), D. António T. Leitão (Lamego), D. Gaudêncio J. Ferreira (Portalegre), D. António S. Monteiro (Beja), D. Teotónio V. Castro (Meliapor), e D. António A. Gouveia (Bispo titular de Betsaida). Precedem dois bilhetes do rei e da rainha D. Amélia.

<sup>85</sup> Noutros lados fala-se da igreja de S. Nicola dei Perfetti.

<sup>86</sup> O Colégio, que inicialmente se chamou da Imaculada Conceição, Padroeira de Portugal, esteve sempre muito ligado à festa e ao culto do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora de Lurdes, aos quais foi consagrado por desejo dos seus fundadores.

fundos reunidos pelo Visconde. Disso nos dão conta duas cartas do próprio Visconde, que de perto quiz acompanhar os primeiros tempos do Colégio<sup>87</sup> e uma outra do Núncio<sup>88</sup>.

Na mesma ocasião (23.10.1899), o Cardeal Patriarca de Lisboa escreve ao Cardeal Rampolla, informando-o do envio de dois alunos (Durão Alves e Garcez) para o «Colégio Português ultimamente fundado por iniciativa de Sua Santidade Leão XIII»<sup>89</sup>.

### Um ano decisivo

Dos primeiros passos do Colégio Português (Comissão promotora, primeiros alunos, encontro de 1898 na igreja de Santo António, ano escolar de 1899-1900) fala a edição comemorativa da visita do Papa João Paulo II: *O Pontifício Colégio Português em Roma*<sup>90</sup>.

Ao fim de dois anos, satisfeitas as condições fundamentais para a fundação do Colégio, é feito o pedido da sua criação oficial, assinado pelo Visconde da Pesqueira e sua Esposa (17.7.1900)<sup>91</sup>, ao qual o Papa Leão XIII respondeu com a Carta *Rei catholicae apud lusitanos* (20.10.1900). Nesse documento fundamental para a vida do Colégio, o Papa refere-se à necessidade de «uma educação mais esmerada» do Clero, ao «auspicioso empreendimento» da fundação, ligado ao centenário da descoberta da Índia, aos quatro alunos do Colégio Romano e do Caprânica a passarem para o novo Colégio com os legados de que usufruíam, e faz a promessa de um «edifício acomodado». Cheio de esperança no Colégio, o Papa não deixa de se referir «às fileiras dizimadas do Clero português» do seguinte modo: «Obra tão auspiciosa para o Clero português, que, se afrouxou algum tanto na sua carreira gloriosa, foi somente devido às críticas circunstâncias dos tempos...»<sup>92</sup>.

Do documento pontifício foram enviadas cem cópias para Lisboa. O Núncio acusa a sua recepção e informa que os Bispos

---

<sup>87</sup> ASV A. N. LISBOA 340 (1), 271-275.

<sup>88</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 21.10.1899.

<sup>89</sup> ASV A.S.C.A.E.S. fasc. 315, n.º 478.

<sup>90</sup> Roma, 1984, 11-19.

<sup>91</sup> Na carta para Leão XIII os Viscondes falam da dotação ao Colégio de 1.000 francos por mês e 12.000 francos por sua morte (Arquivo do Colégio).

<sup>92</sup> *Leonis XIII Acta XX* (1901), 288-293.

manifestaram «sentimentos de vivo e profundo reconhecimento ao Santo Padre pela sua solicitude paternal e generosa a favor da Nação Portuguesa». Além disso, espera que os Bispos, na próxima Conferência, procurarão outros meios de apoio económico ao Colégio, de modo a poderem aumentar aí os lugares para estudantes, apesar de as dioceses serem geralmente pobres e com escassos meios para os próprios Seminários<sup>93</sup>.

Entretanto, alguns Bispos portugueses vinham em peregrinação a Roma, no mês de Maio de 1900, tendo sido recebidos pelo Papa, que lhes «pediu e recomendou que auxiliassem (o Colégio) como obra e coisa sua, e que enviassem para ele alunos das suas dioceses»<sup>94</sup>.

Foi no quadro desta visita a Roma que o Bispo de Coimbra, D. Manuel Bastos Pina, presidiu a uma Missa solene no edifício da Villa Borghese, já a servir de Colégio, pronunciando uma homilia em que historia a trajectória percorrida pela ideia de um Colégio Português em Roma<sup>95</sup>.

O ano de 1900 representou, de facto, uma viragem decisiva na consolidação do Colégio. Aos meses de crise pelo afastamento dos Padres Estigmatinos da direcção, seguiu-se o início da reitoria de Mons. Sinibaldi e o documento pontifício que criou oficialmente o Colégio Português em Roma.

Os Bispos portugueses, reunidos em Assembleia (23-25 Janeiro 1901), tomaram conhecimento da criação do Colégio em Roma e em carta agradecem com entusiasmo ao Santo Padre não só a fundação do Colégio Português, mas também a Carta Apostólica *Rei catholicae apud lusitanos* com que a quiz assinalar. Este entusiasmo parece ter esmorecido, logo a seguir, em alguns Bispos que, pela pobreza das dioceses, não puderam mandar nenhum (ou senão um) aluno<sup>96</sup>.

---

<sup>93</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 17.11.1900.

<sup>94</sup> Homilia de D. Manuel Bastos Pina (25.5.1900).

<sup>95</sup> Além desta homilia na capela do Colégio, D. Manuel pronunciou mais duas, sendo todas impressas conjuntamente: uma, aos peregrinos portugueses; outra, na igreja de Santo António, para a colónia portuguesa em Roma. — Ver Apêndice I.

<sup>96</sup> ASV A. N. LISBOA 340 (1), 55-56, 156 ss, 174, 211-232, 242-255, 293-352. Além de correspondência entre o Cardeal Rampolla e o Nuncio Aiuti, existem neste dossier muitas cartas de Bispos e algumas de Mons. Sinibaldi (convite para Reitor do Colégio em 1900), de Mons. Machado e do Visconde da Pesqueira.

No ano seguinte, o Episcopado envia uma outra carta ao Santo Padre, na qual agradece a fundação do Seminário Português em Roma, ao mesmo tempo que renova a sua adesão filial à Cátedra de Pedro e felicita o Papa pelo seu jubileu (Lisboa 8.9.1902). Referindo-se ao Colégio como «monumento» e «magnânima empresa» do Papa Leão XIII, escrevem os doze Bispos presentes na reunião: «Mas há um (benefício) que merece especial atenção, e pelo qual ainda uma vez mais nos queremos confessar singular e extraordinariamente gratos a Vossa Santidade. É a fundação de um Seminário Português em Roma que tanto vem contribuir para o esplendor da Igreja no Reino Fidelíssimo. É a Vossa Santidade que devemos a realização deste nobilíssimo empreendimento que de há muito era o grande desideratum de muitos Prelados portugueses e de alguns predecessores de Vossa Santidade, mas que só o ânimo generoso de Vossa Santidade conseguiu levar a efeito»<sup>97</sup>.

Em 1903 o Núncio é informado de que o Santo Padre adquiriu um magnífico palácio para servir de Colégio Português, podendo dispor de três andares. Este gesto deveria estimular o Episcopado português, que ainda não correspondeu como poderia, ajudando com alunos e contribuindo monetariamente. Aliás, o caminho deveria ser esse, como o mostravam já os resultados do Colégio Espanhol<sup>98</sup>.

O referido Bispo de Coimbra, em carta para o Cardeal Secretário, no ano de 1907, recorda a alegria e a satisfação que sentiu com o início do Colégio no ano de 1900. Olhando para trás, ele fala da sua acção como Bispo e como membro do Parlamento quanto aos pontos que eram de vital importância para o Colégio: autonomia económica, reconhecimento legal dos estudos e envio de alunos<sup>99</sup>.

### Uma causa ameaçada

Praticamente fôra preciso um quarto de século para vencer o escolho do Regalismo governamental e para convencer o ânimo pastoral dos Bispos, até se poder chegar à fundação do Colégio.

---

<sup>97</sup> ASV SS 1903, rub. 250, fasc. 2, fl. 51 (50-53).

<sup>98</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 16.5.1903.

<sup>99</sup> *Id.*, Carta ao Cardeal Merry del Val, Coimbra 21.3.1907. Ver Apênd. 2.

Mas não bastou pôr a barca em movimento. Apenas iniciada a viagem, surgiram logo novos problemas e escolhos de que não foi fácil libertar a incipiente fundação.

A dado momento, a Comissão aparece preocupada com «uma prudente reserva, para evitar os inconvenientes de uma indiscreta publicidade»<sup>100</sup>, reserva que parecia ditada pelo receio de algum bloqueio governamental ou de algum passo em falso.

Após alguns meses de funcionamento, o Colégio confrontou-se com um grave problema de direcção, criado pela demissão dos Padres Estigmatinos que a tinham assumido em Novembro de 1899. Estes, por incompatibilidade com alguns dos membros fundadores, a quem acusavam de ingerência nos assuntos do Colégio, deixam a direcção deste. Os acontecimentos precipitaram-se vertiginosamente: após uma carta do P. L. Morando ao Reitor de Santo António (4.1.1900) e após a resposta epistolar da Comissão promotora do Colégio (10.1.1900), o P. R. Tabarelli, Procurador Geral dos Padres Estigmatinos, escreve ao Sr. Visconde que se retiram do Colégio (15.1.1900).

Em tal crítica situação foram surgindo várias soluções, uma das quais era a de confiar o Colégio aos Padres Jesuítas, pela comprovada experiência que eles tinham nesse sector quer em Portugal quer em Roma, tendo sido feitos convites para Reitor ao P. Joaquim Campo Santo (Provincial), ao P. Pereira da Rocha, os quais não aceitaram. O modo como o Núncio justifica a sua persuasão mostra não haver alternativa, nessa ocasião: se o cargo de Reitor deveria ser confiada a uma Congregação religiosa que contasse com sacerdotes portugueses bem formados no espírito e nas letras, isso só se verificava na Companhia de Jesus. Deste modo, se viria a promover seguramente a formação dos padres, uma vez que «o comum dos sacerdotes portugueses não teve uma formação de espírito regular nos seminários» e o estudo da literatura, da língua e da história portuguesa é absolutamente indispensável<sup>101</sup>.

Contemporaneamente, surgiu uma outra corrente, animada por Mons. Oliveira Machado e pelo Sr. Braz, que procurava para Reitor algum dos padres diocesanos que já tinham passado por Roma:

---

<sup>100</sup> *Id.*, Nota para o Cardeal Secretário, Roma 1898.

<sup>101</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 28.4.1900.

P. João Vaz Pacheco de Castro (dos Açores) ou Mons. Nunes (ex-Vigário Geral de Meliapor e Reitor dos Carvalhos - Porto). Parece que o Visconde não era sabedor disso e que algum espírito de intriga e de desconfiança se estava a introduzir no Colégio, como a correspondência arquivada o mostra. Não sendo bem vista a ingerência de A. Braz nem a Reitoria interina de Mons. Machado, que acumulava a de Santo António, a situação do Colégio tornou-se demasiado séria, para que o Núncio não deixasse de recomendar um acto solene da Santa Sé, por ocasião de uma peregrinação portuguesa a Roma, com oito Bispos à frente, para que o Colégio fosse posto em caminho seguro. A distância a que Portugal se encontrava, tanto o Cardeal Patriarca como os outros Bispos estavam de acordo com qualquer decisão que o Santo Padre tomasse a respeito do Reitor do Colégio, sem o qual não poderia continuar <sup>102</sup>.

Para se fazer uma ideia dos pontos em discussão, basta ler as *Memórias* então impressas, onde os autores apresentam as raízes da fundação do Colégio, reduzindo o papel dos Bispos e do Visconde da Pesqueira <sup>103</sup>. Demasiado empenhados na defesa do papel dos «fundadores» do Colégio, os autores põem em causa o título de «fundação pontifícia», como se vê pela Bula da Fundação, e não vêem com bons olhos que o Colégio deixe de estar ligado e ao serviço do Instituto de Santo António. Por detrás da defesa pessoal e do patriótico projecto, adivinha-se a preocupação de «corrigir» algumas expressões do texto da Constituição Apostólica *Rei catholicae* e algumas declarações do Visconde da Pesqueira. Pelo texto ficamos a conhecer parte do conteúdo da correspondência entre os fundadores e que hoje se encontra no arquivo do actual Colégio. Deve ter sido uma situação dolorosa, amassada no desentendimento e eivada de susceptibilidade pessoal, que abalou profundamente a frágil barca do Colégio, arrastando consigo toda a gama de problemas: direcção, economia, alunos <sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 28.4.1900. As outras cartas são do mesmo mês.

<sup>103</sup> Ver nota 2.

<sup>104</sup> O desentendimento entre a Comissão promotora e a Direcção do Colégio parece radicar na vigilância e controlo que aquela se julgava no direito de exercer. Os Padres Estigmatinos e a seguir Mons. Sinibaldi reputaram isso de intromissão nos assuntos do Colégio. A este dado juntaram-se acusações de ordem moral e de desonestidade administrativa contra A. Braz e Mons. Machado.

O relato sobre o Colégio Português enviado pelo Visconde de S. João da Pesqueira ao Secretário de Estado, Cardeal R. Merry del Val, com data de Roma 1.10.1906, contém alguns dados para a história da fundação do Colégio, feita seis anos antes, ao mesmo tempo que aponta uma nova dificuldade que ameaçava a existência do próprio Colégio, a partir de dentro.

Defendendo-se das acusações caluniosas e da «perseguição funesta», postas a circular por duas *Memórias* impressas, o Visconde chama a atenção para o seu comportamento em todo esse processo, em que ele tem mostrado amar o Colégio como a pupila dos seus olhos, porque a ele deu e dá continuamente uma grande parte dos seus cuidados e dos seus bens. Decisivo foi o ano de 1898, em que o Sr. Visconde, encontrando-se em Roma, conversou com um leigo e com um Bispo sobre a possibilidade de se fundar um Colégio Português, à semelhança do que outras nações tinham feito já.

D. António Barroso, então Bispo de Meliapor, comunicou que o Papa lhe disse desejar ardentemente um Colégio Português em Roma. António Braz, português com larga experiência em Roma, tentou dissuadir o Visconde, referindo que as várias tentativas feitas tinham falido. Apesar disso, aceitou fazer parte da Comissão fundadora, juntamente com o Visconde e Mons. Machado, mas cedo perdeu a confiança do Visconde por má administração<sup>105</sup>.

Além do texto assinado pelo Visconde, encontra-se um outro endereçado ao Cardeal Merry del Val, contendo a resposta, em 90 páginas, de Mons. Sinibaldi às duas *Memórias* difamadoras do Colégio (Outubro e Novembro de 1906).

A este «imbroglio» junta-se a acusação de o Colégio Português pretender roubar a Palazzola<sup>106</sup>, como casa de vilegiatura para os alunos. Mons. Sinibaldi defende-se e solicita ao Cardeal Merry del Val «um documento oficial e público» sobre o Colégio Português (7.4.1904)<sup>107</sup>.

---

<sup>105</sup> ASV A. N. LISBOA 410 (4), 219-220.

<sup>106</sup> Pequeno convento dos Frades Menores sobre o lago Albano, que D. Frei José Maria da Fonseca d'Evora (séc. XVIII) beneficiou e enriqueceu. A «villa» ou o pequeno palácio, disputada pela República Portuguesa e pelos antigos proprietários, acabou por ser vendida ao Colégio Inglês em Roma.

<sup>107</sup> A acusação parece ser comandada por um franciscano e pelo Reitor de Santo António.

As dificuldades com que o novo Colégio teve de se debater eram de tal ordem que o Papa Pio X, apenas eleito, se apressou a escrever ao Cardeal Neto, manifestando o seu interesse pelo Colégio e pela formação do Clero. Junto com o apoio e o louvor a Mons. Sinibaldi, a carta fazia-se eco dos rumores que diminuam o bom nome do Colégio, o qual deveria ser obra apreciada por todos os Bispos portugueses<sup>108</sup>.

À Carta Pontifícia, que fora entregue pelo Núncio, o Cardeal Patriarca D. José responde que «seria vergonhoso para os Bispos portugueses e para a nação fidelíssima deixar perecer o Colégio Português» e espera que não se deixem desencorajar pelas dificuldades<sup>109</sup>.

Com a fundação do Colégio, não desapareceram alguns problemas congénitos, e a eles se referem as instruções emanadas da Santa Sé para o Núncio Apostólico G. Tonti (1906-1910):

«Depois de longos e pacientes esforços, pôde-se finalmente atingir a meta da fundação do Colégio Português em Roma para aqueles jovens do Reino e das Colónias, que os Bispos julgarem oportuno enviar. A fundação deve-se em grande parte à iniciativa privada e ao contributo monetário do Snr. Visconde de S. João da Pesqueira, grande benemérito do Catolicismo em Portugal. O Governo, pela sua parte, decidiu abolir a lei de 28 de Abril de 1845 que proíbia a admissão às Ordens Sacras e aos benefícios eclesiásticos daqueles que tivessem estudado fora do Reino.

A Santa Sé tem o maior interesse não só na existência mas também no desenvolvimento do Colégio, o qual pode concorrer eficazmente para o melhoramento intelectual, moral e eclesiástico do Clero português (...). Infelizmente, porém, as condições do Colégio não são ainda aquelas que se desejam e os Bispos ainda não tomaram o devido interesse por este Colégio (...). 1) Os Bispos de Portugal, conforme o Breve de Leão XIII *Rei catholicae apud Lusitanos* de 20 de Outubro de 1900, são obrigados a mandar ao Colégio ao menos *dois* alunos, se a diocese é no Continente, e *um* se essa se encontra nas ilhas ou nas colónias. Esta disposição ainda não foi executada fielmente. 2) Não se deve pensar que o

---

<sup>108</sup> Carta de 19.4.1904: *Pii X Acta I* (1905), 238-139. Nesta Carta, Mons. Machado viu algumas insinuações em que se sentia atingido e de que se defende em Carta dirigida ao Cardeal Merry del Val (4.5.1904) (ASV SS Busta Separata).

<sup>109</sup> ASV SS Busta Separata: Carta do Cardeal Patriarca de Lisboa de 19.7.1904 (texto em latim e italiano).

verdadeiro motivo da indiferença dos Bispos seja a falta de recursos. De facto, dos fundos da Bula da Cruzada chegam aos Bispos anualmente para os Seminários pelo menos 230 mil francos».

Com 20 mil francos tirados daquela soma para o Colégio Português, o número de alunos poderia crescer sensivelmente. Outra dificuldade provinha da *licença régia* requerida, após exame, para aqueles que tivessem estudado em alguma das Universidades Pontifícias, conforme Decreto de 21 de Julho de 1899, o que era vexatório para os alunos de Roma <sup>110</sup>.

Os condicionalismos em que o Colégio se encontrava, passada meia dúzia de anos, e a importância que a Santa Sé atribuía a esse empreendimento eclesial, justificam a Carta que o Papa Pio X enviou ao Cardeal Neto e aos Bispos de Portugal e Colónias, em 1907, com o objectivo de reforçar e estimular a sorte do Colégio Português e, assim, «remover a desonra de ter de o fechar» <sup>111</sup>.

O Cardeal Secretário Merry del Val deseja saber qual o efeito da Carta papal e é informado pelo Cardeal Patriarca de dever ser a Santa Sé a distribuir a Carta a todos os Bispos do Continente e Colónias e a «exigir de cada um deles uma resposta cabal sobre quantos alunos (pode enviar), para se saber se o Colégio Português se há-de fechar por falta de alunos, com desdouro para a nação portuguesa e seus prelados» <sup>112</sup>.

Quase todos os Bispos escreveram nessa altura, expressando pesar pelas dificuldades que o Colégio estava a atravessar e falando dos problemas com que se debatiam nas suas dioceses <sup>113</sup>. Talvez o melhor exemplo dessas respostas seja a carta de D. Manuel Bastos Pina, onde refere a sua posição relativamente ao Colégio. Na segunda parte e em relação com o conteúdo da carta pontifícia, diz expressamente:

«Pelos dificuldades, porém, com que Sua Santidade e V. Emi-  
nência se dignam dizer que está lutando o Colégio e que podem  
prejudicar a sua existência, dificuldades que eu sempre previ pela

<sup>110</sup> ASV A. N. LISBOA 363 (1), 25v-28.

<sup>111</sup> Carta de 10.2.1907: *Pii X Acta V* (1914), 13-15.

<sup>112</sup> ASV A. N. LISBOA 363 (2), 143-149: Carta do Cardeal Patriarca de Lisboa de 19.2.1907.

<sup>113</sup> ASV SS Busta Separata: Cartas do Patriarca de Lisboa, dos Bispos de Évora, Algarve, Bragança, Cochim, Funchal, Coimbra, Lamego, Guarda, Macau, Angola e Congo, Goa, Angra, Cabo Verde, Damão, Meliapor, Braga.

falta de recursos idos daqui para este, eu reconheço quanto teria sido melhor o meu empenho de ter aplicado para ele, pelos meios competentes e legítimos, alguns dos rendimentos do Hospício de Santo António dos Portugueses em Roma; e conquanto se tenham levantado entre mim e o actual Reitor do sobredito Colégio, Monsenhor Thiago Sinibaldi, muito meu conhecido, umas certas incompatibilidades que me fizeram perder a vontade de lhe confiar alunos da minha diocese para ele educar, incompatibilidades de que muito bem soube o falecido Núncio aqui de Sua Santidade, enviar-lhe-ei no próximo Outubro um aluno para o seu Colégio, porque tenho sempre muito a peito comprazer com a vontade de Sua Santidade e de V. Eminência; e não envio mais, já por ser a mensalidade de 20.000 réis bastante cara, já por terem diminuído as receitas do meu Seminário com a proibição da entrada nele de alunos para a vida civil, para não me sujeitar às exigências do Imperador civil; já por ter aumentado o número das cadeiras nele professadas; já por não ter aqui depois lugares com a cõgrua devida para mais bacharéis ou doutores vindos de Roma; e já finalmente por causa de muitas despesas que aqui estou fazendo com muitas (obras) e muito importantes, entre as quais uma grande estátua levantada à Virgem para comemorar o quinquagésimo aniversário da definição dogmática da sua Imaculada Conceição»<sup>114</sup>.

Numa outra carta o Bispo de Lamego, D. Francisco José, invoca um outro tipo de dificuldade, além das já conhecidas no campo económico e jurídico: «Só por obediência e quase por imposição dos Prelados se sujeitam (os alunos) a ir a Roma estudar; lavra o preconceito de que sendo os livros e a doutrina a mesma, nada mais lhes é preciso» e é uma realidade a contrariação por parte das famílias<sup>115</sup>.

Uma outra iniciativa, com o objectivo de sensibilizar o Episcopado<sup>116</sup> e o Clero português para a causa do Colégio em Roma, foi a deslocação de Mons. T. Sinibaldi a Portugal, no ano de 1908. O Reitor do Colégio é portador de uma carta do Cardeal Merry del Val (31.7.1908) a recomendar ao Núncio bom acolhimento e apoio para aquele, que se desloca a Portugal para «eccitare nell'animo

---

<sup>114</sup> ASV SS Busta Separata: Carta ao Cardeal Merry del Val, Coimbra 21.3.1907.

<sup>115</sup> *Id.*, Carta de D. Francisco José, Lamego 19.4.1907.

<sup>116</sup> O Bispo de Lamego na referida carta tem uma afirmação sugestiva: «Não sei as condições em que se fundou o novo Colégio, todavia foi-me comunicada a sua instituição e aprovação pelo Santo Padre».

soprattutto di cotesto Episcopato e Clero, maggiore interessamento per il benessere morale e materiale dell'Istituto»<sup>117</sup>.

Sobre a missão de Mons. Sinibaldi em Portugal, o Núncio escreve aos Bispos, a recomendá-la. Pouco depois escrevia ao Cardeal Secretário de Estado, dizendo da delicadeza da missão nas actuais condições do país e da pouca simpatia que o Colégio encontrava sobretudo nos homens do Governo. Estes, por um lado, não queriam modificar a legislação sobre os graus académicos obtidos em Roma, dificuldades que perdurarão enquanto não houver um Governo sólido e estável. Além disso, havia boas razões para não esperar muito de algumas dioceses, por serem pobres, nem de alguns Bispos, que se limitariam a fazer «belas promessas»<sup>118</sup>.

Já da casa dos Viscondes da Pesqueira, no Porto, Mons. Sinibaldi procurará munir-se junto do Núncio de «credencial» para os Bispos que tem em vista visitar e aos quais vem «pedir que se interessem pelo Colégio Português em Roma», de modo a poderem «assegurar o progresso do Colégio e uma educação eclesiástica completa»<sup>119</sup>.

Em carta para o Núncio (21.9.1908), Mons. Sinibaldi pede se interesse pela causa do Colégio junto dos Bispos, na próxima reunião, ao mesmo tempo que dá conta do seu estado de ânimo perante os resultados da sua missão em Portugal: «Solo nel Collegio e molto afflitto, scoraggiato per tutto quello che vedo e odo, e il mio desiderio sarebbe uscire dal Collegio e trovare un poco di riposo»<sup>120</sup>. O seu pedido ao Senhor Patriarca de deixar em Roma o Dr. Garcez como Vice-Reitor, não foi aceite, pela razão de ser muito jovem para o posto, o que o leva a desabafar: «Um romano não o querem, um português não se encontra... eu continuo sempre sozinho a trabalhar e a sofrer, e as coisas não vão bem. Veja se me ajuda a sair do Colégio. Eu não peço nada. A minha aspiração é ser capelão de freiras!»<sup>121</sup>.

A nível de Governo, alguém minava o Estatuto do Colégio Português chegando a surgir a proposta à Câmara dos Pares da abrogação da lei que concedia aos seminaristas estudantes nas

<sup>117</sup> ASV A. N. LISBOA 363 (2), 150; SS Busta Separata: Carta de 31.7.1908.

<sup>118</sup> *Id.*, 153-154.

<sup>119</sup> *Id.*, 155-159.

<sup>120</sup> *Id.*, 172.

<sup>121</sup> *Id.*, 172.

Universidades Pontifícias algumas facilidades na admissão aos exames nos seminários diocesanos (21.4.1899). A proposta do antigo ministro da Justiça, José de Alpoim, era sinal de uma situação explosiva, que levaria às intervenções do Cardeal Secretário de Estado, do Núncio em Lisboa e do Episcopado Português. O ambiente era tal que o Núncio informa que o Colégio não era bem visto pelo Governo <sup>122</sup>.

A Lei da Separação (1911), no art. 177, veio confirmar isso mesmo: «Será punido com a pena de desobediência qualificada o cidadão português que exercer ou tentar exercer funções de ministro da religião católica em Portugal estando somente graduado ou doutorado nas chamadas faculdades de teologia ou direito canónico das Universidades Pontifícias; e se estiver habilitado com estudos teológicos feitos em Portugal, também incorrerá na sanção deste artigo, se de futuro se graduar naquelas Universidades e exercer ou tentar exercer as ditas funções no território da República».

### **Mons. Sinibaldi, Reitor do Colégio**

Na tarefa de encontrar um Reitor para o novo Colégio, surgiu logo o nome de Mons. Tiago Sinibaldi (1856-1928), que desde 1886 ensinava Filosofia Tomista em Coimbra e que tomara Portugal como pátria adoptiva. Ele começou por recusar, alegando várias razões, uma das quais era a intenção de ingressar na Companhia de Jesus e assim continuar a dedicar-se ao ensino universitário e à formação do Clero. A comissão promotora do Colégio, em memorial dirigido ao Santo Padre, apresentava-o como «rinomatissimo per dottrina, pietà e prudenza, il quale sarebbe un acquisto preziosissimo per il collegio» (11.2.1900).

Dele diria o Bispo de Coimbra na capela do Colégio Português, quando Mons. Sinibaldi se encontrava ainda em Portugal: «O Santo Padre concedeu-nos que fosse daqui em 1886 para o nosso Seminário um clérigo tão ilustrado como piedoso, e tão eminente nas letras como nas virtudes» <sup>123</sup>. Alguns anos mais tarde, o Prelado lamentará alguns desentendimentos surgidos entre os dois, bem conhecidos do Núncio Machi, e que lhe «fizeram perder a vontade

---

<sup>122</sup> *Id.*, 160-164, 175.

<sup>123</sup> Homilia em 25.5.1900.

de lhe confiar alunos da diocese para ele educar», mas isso não impedirá a sua colaboração na causa do Colégio<sup>124</sup>.

Em carta para o Cardeal Secretário (15.2.1900), Mons. Sinibaldi procura esquivar-se ao pedido de aceitar a Reitoria do incipiente Colégio Português, aduzindo uma série de informações de cunho autobiográfico, úteis para o conhecimento dos vínculos recíprocos que se vieram a criar entre o insigne mestre e o Colégio:

«Há muitos anos que me sinto chamado à vida religiosa, e esta vocação não só não enfraqueceu com o tempo, mas foi crescendo, e hoje sinto-a muito viva no meu coração. Queria realizá-la, apenas ordenado sacerdote em 1879; mas o meu Prelado Ordinário, que era o Abade Zelli, de S. Paulo, mandou-me como pároco para Nazzano, onde permaneci seis anos, sem contudo perder a esperança. No ano de 1886, parecia que as coisas se encaminhavam, quando o Santo Padre quiz mandar-me para esta cidade de Coimbra, para ensinar aos jovens do Seminário a Filosofia Tomista. Estou aqui há *atorze* anos, procurando sempre corresponder aos desejos de Sua Santidade. Publiquei um Curso de Filosofia em português, que o S. Padre se dignou abençoar numa carta ao Senhor Bispo. Parece-me, portanto, que a minha missão esteja terminada, tanto mais que já não sou eu que ensino Filosofia, mas um bravo jovem português, aluno do Colégio Caprânica. Julgando chegado o momento de realizar o *voto* da vida religiosa feito ao Senhor, dirigi-me, nos princípios de Janeiro passado ao falecido Cardeal Jacobini, implorando-lhe de pedir ao S. Padre autorização e a bênção para entrar na Companhia de Jesus, aqui em Portugal; assim continuarei a ocupar-me com a educação científica e moral deste pobre clero, como procurei fazer até ao presente. Agora, dirijo-me a V. Eminência Rev.<sup>ma</sup>, para que se digne pedir ao S. Padre esta autorização e esta bênção; e eu rezarei por V. Eminência, todos os dias da minha vida.

E não me parece que, entrando na Companhia de Jesus, anteponha o meu interesse pessoal à utilidade pública do povo português. O bem que eu possa fazer no Colégio é muito restrito, e não vejo as circunstâncias favoráveis ao incremento desta fundação, se bem que de primeira necessidade; enquanto, na Companhia, posso fazer bem a todo o Portugal e especialmente aos jovens desta Universidade de Coimbra, os quais vivem no meio de mil perigos e não há aqui pessoas que se dediquem à cultura destas pobres almas. Em Coimbra não há uma casa da

---

<sup>124</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 213.1907. As incompatibilidades devem ter tido que ver com a remoção de Mons. Machado do Instituto de Santo António.

Companhia; mas o Senhor Bispo disse-me que, depois da minha profissão, me faz regressar a Coimbra, para fazer algum bem aos seminaristas, ao clero e aos estudantes da Universidade, porque eu sou conhecido, e os liberais não terão a coragem de gritar contra o *Jesuíta*.

Eis, Ex.<sup>mo</sup> Senhor, aquilo que me parece necessário expor-lhe para tranquilidade da minha consciência. Parece-me que a minha decisão harmoniza as minhas aspirações, tão antigas e no entanto sempre ardentes, com o bem espiritual deste país, e espero que S. Em. Rev.<sup>ma</sup> acolhendo as minhas humildes súplicas, se dignará implorar-me do Santo Padre a desejada permissão»<sup>125</sup>.

À sua carta de 15.2.1900 o Cardeal Rampolla responde, comunicando a autorização de ingressar nos Jesuítas (23.2.1900). Como a solução de encontrar um Reitor parecia estar cada vez mais longe, Mons. Sinibaldi é solicitado com insistência, a partir de Maio, a aceitar esse lugar. Em carta para o Núncio responde com pena perante a resolução tomada, «porque afasta, se não destrói totalmente, a realização dos meus desejos; todavia, é uma ordem de Sua Santidade, e por isso inclino a cabeça e na vontade do Santo Padre aceito a vontade do Senhor» (16.5.1900).

Uma vez que o desejo do Santo Padre era que ele viesse para Roma o mais rápido possível para assumir a direcção do Colégio Português, ele aceita na obediência o que essa viragem na sua vida significava: «Como a ordem do Santo Padre é peremptória e não admite réplica ou demora, curvo-me perante a augusta vontade do Vigário de Jesus Cristo e apenas terminados os exames finais de Filosofia e Teologia a que devo assistir, partirei para Roma, onde espero chegar a meados de Julho»<sup>126</sup>.

Antes de Mons. Sinibaldi assumir, de facto, a direcção do Colégio, o então Reitor interino Mons. Macnado escreve ao Cardeal Rampolla, referindo-lhe o bom andamento do Colégio durante o tempo da sua direcção, manifestando o seu contentamento pela vinda de Mons. Sinibaldi<sup>127</sup>.

Desde os primeiros dias, Mons. Sinibaldi dedicou-se totalmente à tarefa de erguer o Colégio Português, prestando atenção a tudo quanto lhe dizia respeito. Não devem ter sido fáceis os meses que se seguiram à sua chegada. Uma das coisas em que a sua cola-

---

<sup>125</sup> ASV SS Busta Separata: Carta ao Card. Secretário, Coimbra 15.2.1900.

<sup>126</sup> *Id.*, Carta de 4.6.1900.

<sup>127</sup> *Id.*, Carta de 28.7.1900

boração ia ser requerida era apresentar um pró-memória em ordem ao documento pontifício que criaria oficialmente o Colégio Português *Rei catholicae apud lusitanos* (20.10.1900). As páginas manuscritas desse pró-memória contêm uma visão histórica do problema e uma proposta de orgânica do Colégio, cujo conhecimento interessa à história deste ano decisivo na vida do Colégio<sup>128</sup>:

«O espírito de religião e de piedade que tinha animado o povo português e o tinha impellido para grandes e nobres conquistas, começou a declinar sensivelmente na parte final do séc. XVIII e na primeira metade do séc. XIX. A causa desta decadência, funesta não só aos interesses espirituais de Portugal, mas também aos seus interesses materiais, deve-se procurar nos erros e nos vícios que os inimigos da Religião, internos e externos, difundiram em todas as classes de pessoas, e na falta de sacerdotes virtuosos e instruídos, que pudessem dissipar aqueles erros e combater aqueles vícios.

Encerrados, depois da guerra civil, em 1834, todos os conventos e seminários de Portugal, diminuiu naturalmente o número de sacerdotes, e aqueles poucos que se consagravam ao ministério dos altares, não podiam receber, como não tinham recebido uma educação científica e moral proporcionada à excelência e santidade do Sacerdócio. Entrando na casa de Deus aqueles sacerdotes levavam consigo geralmente, não o espírito de Jesus Cristo, mas o espírito do mundo, e procuravam, não a glória de Deus e o bem das almas, mas as comodidades próprias e os interesses próprios, com grande pena dos bons e com imensa alegria dos maus (...).

Todavia, o povo português jamais perdeu nem o sentimento da fé nem a inclinação para a piedade. Sumamente dócil e bom, quando vê o seu pastor pio e zeloso, escuta-o, segue-o e envolve-o com estima e veneração. De modo que tudo nos leva a crer que, se o clero fosse santo e instruído, como o povo é dócil e religioso, Portugal tornar-se-ia o jardim da Igreja Católica, rico em flores de virtudes e em frutos de santidade e de glória (...).

É verdade que, nestes últimos anos, os Bispos portugueses procuraram, segundo as suas forças e circunstâncias, formar um clero bom e instruído, tanto fundando novos seminários como reformando ou aperfeiçoando os existentes; mas o bem que se fez é sempre pouco, se o compararmos com a grandeza do mal que ainda existe e tantas almas faz perder.

---

<sup>128</sup> O texto não tem data, mas encontra-se entre os papéis relativos ao ano de 1900 e com a mesma caligrafia de Mons. Sinibaldi.

O remédio mais eficaz e radical consiste em formar um núcleo de sacerdotes, nos quais a uma doutrina vasta, sólida e segura se junte uma piedade iluminada, prática e fervorosa, a fim de que possam nos respectivos seminários consagrar-se à cultura científica e moral dos jovens. Ora a formação de sacerdotes que sejam, ao mesmo tempo, Professores e Directores Espirituais, não se pode absolutamente realizar em Portugal, mas somente na eterna cidade dos Papas — em Roma — onde se bebe a ciência nas suas fontes mais puras e onde a piedade encontra as ocasiões e as ajudas mais eficazes para nascer e se desenvolver nos corações dos jovens. Daqui se vê a necessidade de um Colégio Português em Roma, necessidade que todos os Bispos de Portugal reconhecem e atestam nas suas cartas ao Ex.<sup>mo</sup> Senhor Visconde da Pesqueira»<sup>129</sup>.

O segundo texto contém várias propostas, para que o Colégio veja garantida a sua existência: I) Que todas as Dioceses de Portugal tenham no Colégio ao menos *dois* alunos, inclusive as das Ilhas e Colónias; aos Bispos não faltarão meios. II) Que os alunos portugueses já em Roma (4 no Seminário Romano e 1 no Colégio Caprânica) transitem para o Colégio Português com os respectivos fundos financeiros. III) A administração do Colégio poderia ser confiada a uma Comissão residente em Roma e composta de três membros: o Cardeal Protector do Colégio (Presidente), o Delegado de Sua Santidade (nomeado pelo Papa), o Reitor do Colégio (delegado do Episcopado Português); a Comissão deveria prestar contas, no fim de cada ano, ao Santo Padre e ao Episcopado Português. IV) Que o Reitor seja nomeado ou confirmado pelo Santo Padre. V) Que se louve a solicitude dos Bispos e que sejam estimulados a empenhar-se a fundo na fundação de um Instituto superior em Roma para o Clero. VI) Desnecessário o recurso a pormenores sobre as origens do Colégio, convindo referir a solicitude do Embaixador português e do Núncio Apostólico de Lisboa<sup>130</sup>.

Enquanto não houvesse uma casa estável, o Colégio encontrava-se na Via del Governo Vecchio 3. Como os alunos dos outros Colégios romanos, os portugueses distinguir-se-iam pelo uso de batina com faixa verde-escura com lista vermelha, conforme sugestão do Visconde da Pesqueira<sup>131</sup>.

---

<sup>129</sup> ASV SS Busta Separata (Sinibaldi, 1900).

<sup>130</sup> *Ibidem*.

<sup>131</sup> *Id.*, Carta anterior a 15.11.1900.

Além dos novos alunos, o Reitor teve de se ocupar da transferência dos que já estudavam em Roma: um, no Colégio Caprânica; quatro, no Seminário Romano (destes só transitariam dois, continuando aí os que frequentavam o último ano). Não foi tão fácil a transferência dos fundos provenientes do dote de Mons. Vitali a favor do aluno português que estudasse no Caprânica. Como a passagem dos títulos («cartele di consolidato») para um titular que não era entidade moral, como o Colégio Português, era difícil e perigosa, requerendo-se para isso um decreto real, Mons. Sinibaldi propunha um de dois caminhos para recuperar os bens do referido legado: 1) Conservar o capital no Colégio Caprânica, mas passar para o Colégio Português o rendimento daquele, subtraídas as despesas da administração; 2) Se tal for necessário, fazer regressar o aluno ao Colégio Caprânica. No caso de o lugar ficar vago, o rendimento deveria ser entregue ao Hospital das Senhoras de Velletri, até que fosse nomeado novo aluno<sup>132</sup>.

Em Abril do mesmo ano, pede ao Cardeal Rampolla que seja transferido do Seminário Romano para o Colégio Português, o fundo depositado no «Óbulo de S. Pedro» em favor de três alunos que aí estiveram. Não deparou com boa vontade nem com a colaboração do Ecónomo do Seminário Romano, que não cedia nem capital nem juro do dinheiro depositado para o terceiro aluno português, apesar das disposições de Leão XIII nesse sentido<sup>133</sup> e apesar de ter escrito ao referido administrador, Mons. I. Garroni<sup>134</sup>.

Depois do Colégio se instalar no Palácio da Via Banco S. Spirito, 12, Mons. Sinibaldi é informado pelo próprio advogado C. Patriarca que a Santa Sé o encarregara da administração do dito palácio<sup>135</sup>. Passados dois anos, o Reitor escreve ao Cardeal Secretário, dizendo que ainda não recebeu as rendas das partes alugadas. A partir daí, assume ele próprio a administração do palácio<sup>136</sup>.

---

<sup>132</sup> *Id.*, Carta de 3.2.1903.

<sup>133</sup> Os fundos, provenientes de benfeitores portugueses, destinavam-se a 4 estudantes. Recentemente, tinha sido conseguido mais um lugar com a fundação de 20.000 liras, feita pelo Cónego Francisco Arruda, lugar que se encontrava vago de Julho de 1901 a Novembro de 1902.

<sup>134</sup> ASV SS Busta Separata: Carta de 2.4.1903.

<sup>135</sup> *Id.*, Carta de 31.1.1902.

<sup>136</sup> *Id.*, Cartas de 3.1.1904 e 10.2.1904.

Uma outra iniciativa de Mons. Sinibaldi, foi a revista *Ecos de Roma*, que sob a sua direcção o Colégio publicou entre os anos 1903-1910, reaparecendo mais tarde, de 1935 a 1937. Mons. Sinibaldi estaria à frente do Colégio 13 anos (1900-1913) que impregnaram a vida da casa na fase de arranque e de consolidação. Não devem ter sido fáceis esses anos, em que nem sequer faltou a implantação da República em Portugal (1910).

Mais tarde, já Bispo, como Secretário da Congregação dos Seminários e Universidades, voltou ao Colégio, onde residiu até à sua morte (19.8.1928)<sup>137</sup>.

\*

A documentação sobre a década da gestação do Colégio Português em Roma indica os principais vectores que condicionaram ou formaram o perfil desta instituição: cura pastoral e acção diplomática da Santa Sé; regalismo da legislação portuguesa e da Universidade de Coimbra; penúria do Clero e empenhamento de pessoas singulares; esperança e desilusão com o Instituto de Santo António. Não foi menos atribulada a década que se seguiu à sua fundação; as dificuldades externas e internas, económicas e pessoais, provaram, como vento forte, os alicerces da obra, mas esta estava assente sobre «rocha firme»!<sup>138</sup>

Ao aproximar-se a celebração do centenário do Colégio Português em Roma, a data será ocasião de balanço, para *ver* o seu lugar na história da Igreja em Portugal, para descobrir a projecção na sociedade dos alunos que por lá passaram, para apreciar a abnegação de quantos o serviram, para promover a qualidade do seu serviço junto da Cátedra de Pedro. Daqui até lá, a viagem até à década que precedeu a sua fundação e àquela que se lhe seguiu,

---

<sup>137</sup> Sobre Mons. Sinibaldi ver: ORESTE SAGRAMOLA, *Giacomo Sinibaldi, Dottrina e pietà di un Vescovo*, Roma, 1981; e a monografia sobre *O Pontifício Colégio Português em Roma*, p. 42.

<sup>138</sup> A propósito, ver também o artigo de A. CARDOSO, «O Colégio Português em Roma e a formação do Clero»: *Lumen* 1 (1991), 45-48.

poderá ser cheia de ensinamentos, levando à descoberta das raízes de uma instituição benemérita e procurando responder aos desafios que os novos tempos põem à Igreja em Portugal.

*A. Pinto Cardoso*

Conselheiro Eclesiástico

Embaixada de Portugal junto da Santa Sé  
ROMA

## A P Ê N D I C E

### 1.

*Da alocução de D. Manuel Bastos Pina na capela do Colégio Português em Roma (25.5.1900).*

«Quando estivemos em Roma ha 14 annos\*, e viamos todos os dias a passear os alumnos dos collegios que aqui tinham todas as nações, sem nunca vermos nenhuns de Portugal apesar de ser o reino fidelissimo e sempre tão abençoado e tão favorecido pela Santa Sé e por Sua Santidade Leão XIII principalmente, era grande a nossa vergonha como cidadão portuguez por ver que a nossa patria era excepção triste e lastimavel n'esta representação patriotica, religiosa e social, e não era menor a nossa pena como ministro da religião por não virem alguns clerigos e ordenandos portuguezes beber aqui ao pé da fonte a agua pura das boas doutrinas, e adquirir os habitos de piedade e devoção sem o que é esteril e sem proveito a missão do padre. (...)

Mas tendo-se extinguido as ordens religiosas, e fechado os Seminarios em 1834, ficou no mais completo e lastimavel abandono toda a educação e instrucção ecclesiastica, e os aspirantes ao sacerdocio sem magisterio, sem exemplos e sem escola em que podessem instruir-se ainda o mais rudimentarmente nas sciencias theologicas e moraes, e adquirir e aprender a vida piedosa e devota.

Crearam-se por então muitos estabelecimentos e escolas de ensino civil e profano, além das que havia já — Academias, Polytechnicas, Lyceus — mas para o ecclesiastico não se creou nem se fez nada, não obstante a sua importancia e necessidade para a crença, para os bons costumes e para a pratica

---

\* Era o ano de 1886.

das virtudes civicas e christãs sem o que a sociedade não póde progredir nem ser bem governada. E, cousa notavel, queixavam-se depois do clero ser ignorante, e de não corresponder aos fins da sua elevada missão.

Durou por mais de 15 annos este periodo calamitoso e de funestissimas consequencias para a Igreja portugueza, mas, graças ao piissimo estabelecimento da Bulla da Santa Cruzada e ao zelo fervoroso dos Prelados portuguezes, está hoje de todo remediado, porque os nossos seminarios, funcionando agora com toda a regularidade e aproveitamento, estão produzindo excellentes fructos tanto na instrucção como na educação dos seminaristas; e, graças tambem a Deus, não nos faltam talentos nem vocações para o ensino ecclesiastico tanto na illustre Faculdade de Theologia da Universidade como no professorado dos Seminarios; mas ainda assim não temos em Portugal como aqui em Roma os altos exemplos, os habitos, exercicios, e praticas constantes de devoção e piedade que são o esmalte da sciencia ecclesiastica, e a condição indispensavel para o sacerdocio christão se tornar util e proveitoso para Deus e para os homens. E além d'isso quanto não é conveniente que alguns ordenandos venham alargar mais o espirito em um meio maior e de grande convivencia com alumnos de todo o mundo?

Convencido d'isto, e de que a primeira necessidade d'um Seminario é um bom director espiritual, temos tido sempre em Roma ha mais de vinte annos alumnos e clerigos do Bispado de Coimbra para se habilitarem não só para este serviço, mas tambem para o do magisterio, e alem d'isso o Santo Padre concedeu-nos que fôsse d'aqui em 1886 para o nosso Seminario um clerigo tão illustrado como piedoso, e tão eminente nas lettras como nas virtudes\*.

De sorte que não é já hoje ao Seminario e Bispado de Coimbra que faz grande falta um collegio portuguez em Roma. Mas acima da Igreja de Coimbra nós pômos as necessidades da Igreja portugueza, e o brio e o decoro do nosso paiz. E assim não temos cessado nunca de advogar o estabelecimento de um collegio portuguez em Roma, já nas conferencias annuaes dos Bispos portuguezes, já perante os poderes publicos, já perante as camaras legislativas.

Estava porém reservada a gloria de conseguir este grande *desideratum*, e de collocar Portugal em Roma a par das outras nações a um cavalheiro principalmente, que se muito vale pelo seu sangue, pelo seu titulo, pela lucidez da sua intelligencia e pela distincção e gentileza do seu porte, muito vale tambem pelos seus sentimentos religiosos e patrioticos, e pela boa applicação que dá n'este ponto com a sua ex.<sup>ma</sup> Esposa á fortuna que Deus lhe deu». (...)

---

\* Trata-se de Mons. Tiago Sinibaldi.

\*\* Referência aos Viscondes de S. João da Pesqueira.

## 2.

*Carta de D. Manuel Bastos Pina ao Cardeal Merry del Val, Secretário de Estado (Coimbra, 21.3.1907).*

«Embora eu seja de todos o mais humilde, não tenho sido o menos interessado na missão destes alunos para Roma, e tanto que já em carta de 29 de Novembro de 1876, que dirigi ao Ex.<sup>mo</sup> Snr. Nuncio Apostólico em Portugal, depois de referir as grandes reformas que tinha feito no meu Seminário sobre a piedade e devoção com que devem ser ordenados hoje os ministros do altar, dizia o seguinte: 'Mas não me limito ao que nesta parte tenho feito. Vai mais longe ainda o meu empenho. Desejo que dois alunos deste Seminário, depois de concluídos nele os seus estudos teológicos e canónicos, vão estudar algum tempo em Roma, para mais perto das vistas do nosso Santíssimo Papa Pio IX, e debaixo de suas inspirações, e com o auxílio da sua bênção, fortificarem mais a sua vocação e espírito eclesiástico, beberem as doutrinas mais puras da Santa Igreja, e adquirirem, nos retiros e exercícios espirituais que ali deve haver em algumas casas religiosas e que eles devem frequentar, aquele espírito religioso, devoto e cheio de unção e piedoso, como é necessário para virem, depois, com maior proveito, exercer o ofício de directores espirituais neste Seminário.

Pouco depois desta época principiei a mandar alunos para Roma, e sete desta diocese se formaram e doutoraram lá no Colégio Caprânica, no Hospício de Santo António, e um ultimamente no actual Colégio Português. A fundação, porém, deste em Roma era a minha grande aspiração, e não cessei de empregar todos os meios para o conseguir. Na conferência dos Bispos em Lisboa advoguei por mais de uma vez esta necessidade, e na de Janeiro de 1898 escrevi e fiz com que todos assinassem a representação da cópia n.º 1 ao Governo para este fim. (...)

Não desejava, porém, que a mesma fundação ficasse dependente só da caridade particular e dos Bispos: daquela, ou porque pode cansar, ou porque podem mudar as circunstâncias que permitiam praticá-la; destes, porque, sendo pobres, não podem dar do seu bolso mesadas a alunos para o frequentarem, e muito menos as podem dar dos haveres dos seus Seminários, porque, tendo de dar contas à Bula da Cruzada, de quem as recebem, e ao Governo, de todas as suas despesas; nem aquela nem este aprovariam a (despesa) de 300.000 réis por ano a mais, para a frequência de um aluno seu em Roma. Julgava, pois, indispensável procurar *aliunde* meios certos e permanentes para a manutenção do Colégio, e estes só os vejo, ou na liberalidade e benquerença tão sabida de Sua Santidade para com os Portugueses, mas liberalidade com que Portugal não devia querer agravar a pobreza das finanças pontifícias, ou na aplicação dos rendimentos do Hospício de Santo António dos Portugueses ao Colégio, reformando-se por completo a administração e actual aplicação dos seus fundos, e pedindo-se ao Santo Padre a graça de comutar em grande parte os legados pios, a cujo cumprimento aqueles são obrigados.

Para este fim, porém, era de todo o ponto indispensável a aquiescência e combinação do Governo, e tão bem encaminhadas estavam já as coisas, que estava quase como resolvida já entre o Snr. Nuncio e o Governo a minha ida a Roma para tratar deste assunto, como muito bem sabe o Em. Senhor Cardeal Vanuttelli; e ter-se-ia talvez realizado já, se o projecto de lei que apresentei na Câmara dos Pares, e que nela foi logo votado para validar perante a lei portuguesa os estudos feitos em Roma para alunos portugueses, não se tivesse demorado tanto na Câmara de Deputados por causa das emendas que nela se fizeram.

Tudo isto eu expuz pessoalmente e por escrito ao Snr. Visconde da Pesqueira, quando veio aqui dizer-me que o Colégio ia já fundar-se com o dinheiro que prometia dar para ele e com o auxilio do Santo Padre, e que me pedia que o auxiliasse. Fiquei muito satisfeito e contente com esta boa notícia, que me encheu de prazer e alegria, e a mesma satisfação mostrei no discurso que, na peregrinação portuguesa a Roma em 1900, fiz na capela já do mesmo Colégio (...), e apesar de ter aqui já bastantes clérigos formados e doutorados em Roma, enviei para ele no Outubro seguinte um aluno como lhe prometera».